



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA – RENAESP/UFBA  
Curso de Especialização em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania – III  
CEPREV**

**CHARLES SACRAMENTO DOS SANTOS JÚNIOR**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA QUALIFICAÇÃO  
DOS POLICIAIS MILITARES RODOVIÁRIOS NA BAHIA**

Salvador  
2017

**CHARLES SACRAMENTO DOS SANTOS JÚNIOR**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA  
QUALIFICAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES RODOVIÁRIOS NA  
BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao III Curso de Especialização em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania – III CEPREV, Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública, Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública e Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Profa. Dra. Marise Oliveira Sanches

Co-orientador: Esp. Ten Cel PM Nilton Paixão Silva Santos.

Salvador  
2017

**[RESERVADA PARA A FICHA CATALOGRÁFICA]**

**CHARLES SACRAMENTO DOS SANTOS JÚNIOR**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA  
QUALIFICAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES RODOVIÁRIOS NA  
BAHIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Políticas e Gestão de Segurança Pública, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em: 10/03/2017

Marise Oliveira Sanches – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia

Nilton Paixão Silva Santos - Co-orientador \_\_\_\_\_  
Especialista em Segurança Pública pela Universidade do Estado da Bahia

Ílison Dias dos Santos \_\_\_\_\_  
Doutorando pela Universidad de Salamanca - Espanha

Dedico esse trabalho aos  
Policiais Militares que fazem acontecer o sentido da missão do Batalhão de  
Polícia Rodoviária Estadual.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Senhor Jesus, por todas as dádivas e graças já alcançadas e por mais esta vitória.

Aos meus pais pelo amor e pela formação que me foi dada.

A minha esposa pelo carinho, dedicação e paciência nos momentos de ausência.

Ao meu filho pela alegria e inspiração.

A minha orientadora Profa. Dra. Marise Sanches, por ter me ajudado, nos momentos mais difíceis, a entender e elaborar este trabalho monográfico segundo as normas e técnicas.

Ao TC PM Nilton Paixão, meu co-orientador que, com seus ensinamentos, experiências e orientações, muito me ajudou a elaborar este feito acadêmico.

A todos aqueles que pelo incentivo dado sem saber me deram o impulso necessário para chegar onde estou e onde pretendo ir, os meus sinceros e profundos agradecimentos.

A melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é  
concentrar toda imaginação e entusiasmo na execução  
perfeita do trabalho de hoje!

Dale Carnegie (s.d., s.p.)

## RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo, retratar a importância dos cursos na modalidade de Educação à Distância (EaD) ofertados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), para a qualificação dos policiais militares rodoviários da Bahia, consequentemente a efetiva qualidade da prestação de serviço destes policiais, e como esta modalidade de ensino promove a segurança pública. Os diversos postos de trânsito distante da sede do Batalhão, localizados em vários trechos da malha viária estadual além do custo, consonância de horários, espaço entre instrutores, discentes e meios de transporte, são óbices a serem vencidos para a realização de um curso presencial para a devida capacitação e/ou requalificação do policial rodoviário estadual. Na impossibilidade da realização de cursos presenciais a solução mais salutar para qualificar o policial rodoviário na esfera de suas atribuições passa então a serem os cursos à distância, os quais são gratuitos e com conteúdos pertinentes as suas atividades, como os apresentados pelo ambiente virtual da SENASP. Assim sendo, este estudo busca responder a questão problema: “Os cursos a distância ofertados pela SENASP são fomentadores da melhoria dos serviços públicos prestados pelos profissionais da área de policiamento de trânsito rodoviário na Bahia” Para alcançar o resultado pretendido foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Averiguar se os policiais militares, pertencentes ao Batalhão de Polícia Rodoviária, conhecem o ambiente virtual de aprendizagem da SENASP; b) Relacionar quais foram os cursos feitos pelos policiais militares nesta modalidade; c) Apontar quais, entre os cursos oferecidos, seriam considerados os mais importantes na visão dos próprios policiais militares, atuantes na área do policiamento rodoviário baiano, para sua respectiva capacitação; d) Identificar de que maneira estas capacitações a distância puderam influenciar na produtividade do Batalhão Rodoviário Estadual; e) Indicar a frequência do sentimento da necessidade de qualificação durante o desempenho da atividade nas rodovias; f) Revelar o conceito dado pelos policiais militares aos cursos oferecidos a distância pela Rede de Educação a Distância do SENASP; g) Mostrar qual a preferência por tipo de modalidade de curso – se presencial ou à distância, quando se percebe a necessidade de requalificação, aperfeiçoamento ou capacitação. Como forma de atingir estes objetivos buscou-se fundamentar teoricamente o tema, numa incursão bibliográfica, e analisar, segundo a abordagem de pesquisa quanti-qualitativa, as entrevistas feitas com esses policiais militares. Os resultados alcançados evidenciaram que: os policiais militares rodoviários da Bahia conhecem o “Ambiente Virtual de Aprendizagem” da SENASP, valorizam e frequentam os cursos ofertados nesse ambiente, o conceituam como bom, entendem a capacitação como uma atualização necessária para o bom desempenho e segurança nas suas atividades, e indicam outros cursos como necessários para sua formação, como exemplos os “cursos de identificação/inspeção veicular e educação para o trânsito” e “gerenciamento de crise”, embora demonstrem preferência por cursos presenciais.

**Palavras-chave:** Educação à distância; Polícia Militar da Bahia; Batalhão de Polícia Rodoviária.



## ABSTRACT

The main objective of this work is to portray the importance of the Distance Education (EaD) courses offered by the National Public Security Secretariat (SENASP), for the qualification of the military road police of Bahia, consequently the effective quality of service provision Of these police officers, and how this modality of education promotes public safety. The various traffic stations far from the headquarters of the Battalion, located in several stretches of the state road network besides the cost, consonance of schedules, space between instructors, students and means of transportation, are obstacles to be overcome for the realization of a face-to-face course for The proper training and / or requalification of the state highway police. In the impossibility of conducting face-to-face courses, the salutary solution to qualify the highway policeman in the scope of his / her assignments then becomes the distance courses, which are free and with relevant content their activities, such as those presented by SENASP's virtual environment . Thus, this study seeks to answer the problem question: "The distance courses offered by SENASP are fomenters of the improvement of the public services provided by the professionals of the road transit policing in Bahia" In order to achieve the desired result, the following specific objectives: The main objective of this work is to portray the importance of the Distance Education (EaD) courses offered by the National Public Security Secretariat (SENASP), for the qualification of the military road police of Bahia, consequently the effective quality of service provision Of these police officers, and how this modality of education promotes public safety. The various traffic stations far from the headquarters of the Battalion, located in several stretches of the state road network besides the cost, consonance of schedules, space between instructors, students and means of transportation, are obstacles to be overcome for the realization of a face-to-face course for The proper training and / or requalification of the state highway police. In the impossibility of conducting face-to-face courses, the salutary solution to qualify the highway policeman in the scope of his / her assignments then becomes the distance courses, which are free and with relevant content their activities, such as those presented by SENASP's virtual environment . Thus, this study seeks to answer the problem question: "The distance courses offered by SENASP are fomenters of the improvement of the public services provided by the professionals of the road transit policing in Bahia" In order to achieve the desired result, the following specific objectives:

**Keywords:** Distance education; Military Police of Bahia; Road Police Battalion.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BPRv	Batalhão de Polícia Rodoviária
CET	Capacitação e Educação para o Trânsito
CiaPRv	Companhia de Polícia Rodoviária
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DER-BA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EaD	Educação à Distância ou Educação a Distância
OPM	Organização Policial Militar
PM	Policial Militar

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Relação de cursos em EaD – SENASP - 2016	34
Figura 1	Variáveis de policiamento ostensivo	43
Quadro 2	Quadro Organizacional do BPRv	48
Gráfico 1 -	Posto/Graduação dos entrevistados	60
Gráfico 2 -	Tempo de serviço na PMBA	61
Gráfico 3 -	Tempo servindo no BPRv	62
Gráfico 4 -	Oferta de cursos presenciais pelo BPRv	63
Gráfico 5 -	Conhecimento do AVA da SENASP	63
Gráfico 6 -	Realização de algum curso dentre os ofertados pela SENASP	64
Gráfico 7 -	Curso realizado correlacionado com as atividades desenvolvidas pelo BPRv	65
Gráfico 8 -	Cursos feitos no AVA SENASP e voltados para o policiamento rodoviário	66
Gráfico 9 -	Indicação de cursos dentre o rol oferecidos pela SENASP para melhor capacitação do policial rodoviário	66
Gráfico 10	Origem do conhecimento para atuar nas rodovias	68
Gráfico 11	Entendimento quanto a necessidade de requalificação	69
Gráfico 12	Opinião sobre os cursos à distância da SENASP	70
Gráfico 13	Sentimento de ser requalificado por dificuldades no desempenho do serviço	71
Gráfico 14	Preferência por tipo de curso	71

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1.	QUESTÃO / PROBLEMA / PRESSUPOSTO / OBJETIVOS DO ESTUDO	17
1.2.	JUSTIFICATIVA / RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO	19
1.3.	ESTADO DA ARTE / MATERIAIS E MÉTODOS	20
1.4.	SEÇÕES E SUBSEÇÕES	21
<b>2.</b>	<b>A EAD E O AVA DA SENASP</b>	<b>23</b>
2.1.	SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	23
2.1.1.	Uma primeira aproximação	23
2.1.2.	Histórico do Ensino a Distância	27
2.1.3.	O que é Educação à Distância	29
2.1.4.	O aluno a quem se dirige o curso na modalidade de EaD	31
2.2.	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	32
2.2.1.	Cursos oferecidos às forças públicas pela Rede EaD/SENASP	34
<b>3.</b>	<b>A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA / O BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL / O POLICIAMENTO OSTENSIVO RODOVIÁRIO ESTADUAL</b>	<b>38</b>
3.1.	A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (PMBA)	38
3.1.1.	A Origem	38
3.1.2.	A Missão constitucional da POLÍCIA MILITAR DA BAHIA – Polícia ostensiva e preservação da ordem pública para a segurança humana	39
3.1.3.	Policiamento ostensivo rodoviário	42
3.1.4.	Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual da PMBA	46
	3.1.4.1. <i>Histórico do Batalhão de Polícia Rodoviária</i>	46
	3.1.4.2. <i>Missão do Batalhão de Polícia Rodoviária</i>	47
	3.1.4.3. <i>Estrutura organizacional e área de responsabilidade do Batalhão de Polícia Rodoviária</i>	47
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>52</b>
4.1.	COLETA DE DADOS / LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	53
4.2.	RESULTADO DA ENTREVISTA COM O COMANDANTE DO BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA	55
4.3.	RESULTADO DA ENTREVISTA COM OS COMANDANTES DE COMPANHIAS DO BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA	57
4.4.	RESULTADO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS MILITARES	59

LOTADOS NO BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>80</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como escopo retratar a importância do ensino a distância na qualificação dos Policiais Militares Rodoviários na Bahia. Uma temática oportuna, devido ao tipo de serviço especializado prestado, qual seja o de policiar as rodovias de todo o Estado da Bahia e ainda as estradas federais por delegação, levando em conta: a distância dos postos de fiscalização; tipo de escala; ajustes para se disponibilizar local e horário pré-estabelecidos; meios de deslocamentos, se particular ou ofertado pela unidade; ou seja, as dificuldades que se descortinam na sede da sua Organização Policial Militar (OPM), na ausência do policial militar quando em seu momento de folga, para receber instrução e assim ser capacitado ou requalificado para a sua atividade, de forma efetiva, e promover a segurança e a proteção dos cidadãos em trânsito nas estradas estaduais.

De maneira geral é real e crescente a expectativa do cidadão brasileiro, em contar com profissionais públicos mais qualificados para seu atendimento, principalmente dos profissionais de segurança pública, em particular os policiais militares rodoviários baianos, para os quais a especialização da força de trabalho ligada ao policiamento do trânsito rodoviário representa uma espécie singular, manifestada, no universo das demais realidades existentes.

Ao atuar em locais de pouco apoio e assistência da Corporação, nos chamados Postos de Fiscalização de Trânsito, estes profissionais necessitam de qualificação técnica para atenderem às ocorrências policiais surgidas. O apoio de outras equipes de serviço, apresenta-se ora de longo lapso temporal, devido à distância física entre os postos, ou ainda, impossível de concretizar-se, por não existirem condições logísticas para aproximação, como: falta de veículos, combustível, motoristas, patrulheiros ou autorização legal para abandono de um posto para o apoio a outro.

Esta qualificação/formação técnica pode ser construída em cursos específicos de extensão, os quais irão aprofundar os conhecimentos já construídos pelos policiais militares durante o seu curso de formação. É fato que, com o início dos trabalhos da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, mais precisamente nos aspectos ligados à oferta de cursos de capacitação à distância, houve o estabelecimento de uma rede de estudos formada por milhares de agentes policiais brasileiros e sulamericanos, destacando-se uma

oportunidade ímpar para esta tão desejada qualificação técnica. A distância existente, somada à carência de investimentos dos gestores governamentais em projetos de capacitação, foram os argumentos políticos mais utilizados nos últimos anos para justificar a não oferta de cursos presenciais que aprimorassem a qualificação destes profissionais.

Assim sendo, a partir da gestão presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, houve a implantação de um sistema de cursos à distância para atender esta demanda latente de profissionais, preenchendo esta lacuna na área da segurança pública. Na Bahia, houve uma apropriação proveitosa para as agências policiais existentes: Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Departamento de Polícia Técnica, além das Guardas Municipais, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Segundo Moran (1994 apud LOPES et al, 2010, p. 194), a educação a distância deve ser entendida como o “[...] ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet”. É claro que outras tecnologias fazem parte e são utilizadas, como o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax.

O uso de tecnologias capazes de romper barreiras físicas e distâncias na construção de conhecimento oportuniza educação a um custo menor, para que esta possibilite as mudanças impostas na vivência do dia a dia, que se depara na rua, no bairro, na cidade, no município, em um Estado, em um país, para o profissional de segurança pública, como bem afirma Eboli (2010, p.190):

A educação é um instrumento necessário às mudanças crescentes e ao desenvolvimento no país. Se por um lado é inquestionável sua importância, por outro, o investimento na qualificação e educação da força de trabalho é um dos maiores obstáculos encontrados para o progresso. (EBOLI, 2016, p. 190)

Assim, o aperfeiçoamento da força de trabalho ligada à esfera pública de prestação de serviços neste estudo dos policiais militares rodoviários lotados na Bahia, apresenta-se como um acompanhamento das demandas urgentes da sociedade brasileira, com inquestionável necessidade de atualização do conhecimento.

Apesar da apropriação da Educação à Distância (EaD) ainda apresentar-se como cética e resistente por parte do universo acadêmico tradicional, sua aplicação na esfera corporativa é satisfatória, pois diminui a aplicação de recursos e potencializa o universo de indivíduos atendidos. Diz Rosini (2007) que, a

[...] educação a distância vem crescendo rapidamente em todo o mundo. Incentivados pelas possibilidades decorrentes das novas tecnologias da informação e das comunicações e por sua inserção em todos os processos produtivos, cada vez mais cidadãos e instituições vêm nessa forma de educação um meio de democratizar o acesso ao conhecimento bem como de expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem ao longo da vida. (ROSINI, 2007, p. 67)

Assisti-se também a uma crescente demanda de uso destas novas ferramentas educacionais pelo setor público, . travestida numa midiática demonstração de potencialização de novas chances de capacitação para o servidor, mas o que esta classe trabalhadora observa, verdadeiramente, são investimentos pequenos em sua valorização e, conseqüentemente, em políticas públicas. Segundo Zawacki-Richter e Anderson org. (2015), com a

[...] expansão da população, a capacidade do setor público para pagar a educação tem sido severamente testada e, como resultado, o financiamento da educação tornou-se um grande problema de política pública. Geralmente, os governos buscam formas de reduzir, ou de pelo menos, conter custos. (ZAWACKI-RICHTER & ANDERSON org., 2015, p. 200)

Setor público e privado se equivalem no momento de analisar investimentos em educação. Ambos desejam os menores custos e tempos, de maneira semelhante à escola de administração fordista vivenciada no século XX.

Desta maneira, fica evidenciada a demanda pelo uso e aplicação da EaD, principalmente pelo baixo custo em relação a educação presencial. Prestigiado ou não, o uso destas novas ferramentas na construção de conhecimento tem apresentado uma aceitação valorativa grande por parte dos trabalhadores, já que estes, por sua experiência no setor, reconhecem que a não aceitação acarreta prejuízos maiores quando em analogia com o ensino presencial tradicional - ou o agente participa do processo ou permanece sem nenhuma outra assistência formativa para o seu labor.

Todas estas questões desafiaram o autor para a realização deste estudo, a definição do do problema, os pressupostos e a elaboração dos objetivos a serem alcançados nesta investigação.

### 1.1. QUESTÃO/PROBLEMA / PRESSUPOSTO / OBJETIVOS DO ESTUDO

Isto posto, buscou-se estabelecer respostas à seguinte questão/problema:



- Os cursos a distância ofertados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública são fomentadores da melhoria dos serviços públicos prestados pelos profissionais da área de policiamento de trânsito rodoviário na Bahia?

Tendo o seguinte pressuposto, a ser confirmado no decorrer desta pesquisa:

- A ausência de cursos presenciais na sede do Batalhão e da Companhia de policiamento pode estimular a participação de policiais rodoviários em cursos que utilizam a educação a distância, para assim se qualificarem e prestarem melhores serviços aos cidadãos.

Para responder a questão/problema e confirmar este pressuposto, foi traçado/elaborado o seguinte objetivo geral:

- retratar a importância dos cursos de educação à distância ofertados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, para a qualificação, conseqüentemente o melhor desempenho, dos policiais do Batalhão de Polícia Rodoviária da Polícia Militar da Bahia.

Para o alcance do objetivo geral, o estudo propõe como objetivos específicos:

- Averiguar se os policiais militares, pertencentes ao Batalhão de Polícia Rodoviária conhecem o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Relacionar quais foram os cursos feitos pelos policiais militares nesta modalidade;
- Apontar quais, entre os cursos oferecidos, seriam considerados os mais importantes na visão dos próprios policiais militares, atuantes na área do policiamento rodoviário baiano, para sua respectiva capacitação;
- Identificar de que maneira estas capacitações a distância puderam influenciar na produtividade do Batalhão Rodoviário Estadual;
- Indicar a frequência do sentimento da necessidade de qualificação durante o desempenho da atividade nas rodovias;
- Revelar o conceito dado pelos policiais militares aos cursos oferecidos a distância pela Rede de Ensino à Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública ;

- Mostrar qual a preferência por tipo de modalidade de curso – se presencial ou a distância, quando se percebe a necessidade de requalificação, aperfeiçoamento ou capacitação.

Delineados e delimitados objeto, pressuposto e objetivos, necessário se fez elaborar a justificativa e relevância tanto acadêmica quanto social desta investigação.

## 1.2. JUSTIFICATIVA / RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO

Diante do exposto, este trabalho acadêmico se justifica por três motivos. O primeiro social, porque este estudo apresenta-se como fundamental para buscar aspectos de compreensão inicial da necessidade de melhor preparação técnica dos agentes policiais militares rodoviários no atendimento do público usuário das malhas viárias baianas – razão de existir da Polícia Militar da Bahia (PMBA) – servir e proteger a comunidade. Portanto, existe a real necessidade de qualificação/capacitação dos policiais militares, não importando por qual via. Isto certamente lhes proporciona mais segurança na sua atuação, no seu cotidiano.

Em segundo momento, a acadêmica, porque faz a análise da importância dos cursos na modalidade Educação à Distância, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do processo de melhoramento da qualidade dos serviços ao público, o que é estratégico na construção de políticas públicas voltadas ao campo da prevenção da violência, a assertividade da cidadania no Brasil e poderá ser um instrumento para novos estudos.

A terceira e última justificativa é a profissional. Isto porque, o autor deste estudo, na condição de Oficial Subalterno, sente-se no dever de sugerir, de criar formas para a constante capacitação dos policiais militares rodoviários, principalmente para aqueles que estejam mais distantes de suas sedes, seja do próprio Batalhão, seja da Companhia ou até mesmo em pelotões de policiamento, devido a especificidade da atividade. O que certamente contribui para a melhoria dos serviços prestados à população.

Apresentadas a justificativa e a relevância deste estudo, faz-se uma mostra da metodologia, abordagem de pesquisa, materiais e métodos escolhidos para a coleta e análise das informações levantadas.

### 1.3. ESTADO DA ARTE / MATERIAIS E MÉTODOS

Para robustecer o viés acadêmico deste trabalho, no que tange a metodologia, a abordagem de pesquisa escolhida foi a quali-quantitativa, inspirada no método dedutivo, pois, segundo Pádua (2006, p. 23), esse método “[...] parte de uma situação ou posição geral e se particulariza conclusões”. Relaciona-se ao racionalismo de que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, dentro de uma construção lógica.

A pesquisa, no caso específico, é a descritiva, que se desenvolve no contexto das ciências sociais e humanas em que o fato é observado, registrado, analisado e interpretado sem a manipulação do pesquisador. Na realidade busca-se ter o conhecimento das situações ocorridas nos aspectos do comportamento humano e seus reflexos no contexto individual e coletivo. Esse tipo de pesquisa possibilita uma aproximação conceitual que proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e, ainda, aprimorar as ideias que emergem na análise das informações.

Segundo o seu delineamento, o presente estudo se realiza através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo (GIL, 2007). Na visão de Figueredo (2009, p. 18), a pesquisa é bibliográfica “quando o pesquisador se utiliza de livros, revistas, documentos, periódicos, enfim, registros impressos”. Esse tipo de pesquisa é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, chamados de fontes secundárias (GIL, 2007; LAKATOS e MARCONI, 2007). Enfim, a “[...] bibliografia é o conjunto de obras derivadas sobre determinado assunto, escritas por vários autores, em épocas diversas, utilizando todas ou parte das fontes”. (PÁDUA, 2006, p.56).

Este trabalho teve ainda o aporte da pesquisa documental - “[...] aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos”. (PADUA, 2006, p. 68). Assim sendo, foram escrutinados materiais relativos à história do Batalhão de Polícia Rodoviária), que não receberam tratamento analítico por serem conservados em órgãos públicos. (GIL, 2007).

Além desse arcabouço teórico apresentado, esta pesquisa teve também como fundamentação teórica a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 144º, o qual dita às missões de cada força pública.

Soma-se ao aporte bibliográfico e documental, a pesquisa de campo que foi desenvolvida pela “[...] observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas

com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. (LAKATOS & MARCONI, 2007, p. 53). Para esse levantamento de informações, o autor entrevista através do instrumento “entrevista estruturada”: (1) o Tenente Coronel PM Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, (vide “**APÊNDICE A** - Entrevista ao Comandante do BPRv Estadual da PMBA”, na página 86); (2) os Capitães PM, Comandantes de Companhia de Policiamento, como poderá ser visto no “**APÊNDICE B** - Entrevista aos Comandantes de Companhias do BPRv da PMBA (página 89); (3) e aplica o instrumento “questionários estruturados” a 21 (vinte e um) policiais militares, na busca de amostras aleatórias simples, pertencentes ao efetivo do Batalhão de Polícia Rodoviária (como apresentado no **APÊNDICE C** - Questionário aplicado aos Policiais Militares lotados no BPRv, página 91).

As entrevistas foram utilizadas como uma técnica complementar de coleta dos dados e levantamento das informações que não constantes nos documentos investigados, uma vez que possibilita o enriquecimento das análises quanti-qualitativamente. Estas entrevistas foram elaboradas de maneira semi-estruturadas, ou seja, tiveram um planejamento prévio de questões, contudo, os entrevistados foram incentivados a discorrer livremente sobre questões relacionados ao tema em investigação.

Quanto aos questionários, após a apuração das categorias respondidas e a respectiva contagem de frequências, foram apresentados os resultados em forma de tabelas ou gráficos. A interpretação acontece com base no significado quantitativo dos resultados, fazendo a articulação entre estes e o referencial teórico.

Para colimar com os objetivos elencados, esta monografia foi estruturada da forma que segue na próxima seção.

#### 1.4. SEÇÕES E SUBSEÇÕES

Com intuito de fazer conhecida a pesquisa, no **Capítulo 1. Introdução** foi elaborado o objeto em estudo, o tema em investigação. Descreve-se então a problemática, a justificativa, o porquê da escolha do tema, os objetivos a serem alcançados, bem como o estado da arte, materiais, métodos e a estrutura do texto.

Após a introdução, no **Capítulo 2. A EaD e o AVA da SENASP**, inicia-se a “fundamentação teórica”, desenvolvendo um diálogo com a distânciaEaD, uma primeira aproximação, um relato no viés histórico, seu significado, o perfil do aluno virtual e depois ressalta as características teóricas do AVA da SENASP e os cursos ali ofertados.

No próximo capítulo, o **Capítulo 3. A Polícia Militar da Bahia / o Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual / o Policiamento Ostensivo Rodoviário Estadual**, reporta-se sobre: PMBA e seu histórico, o policiamento ostensivo, o policiamento rodoviário e o Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual.

No **Capítulo 4. Análise e Interpretação dos Resultados**, como diz o título, apresenta-se a análise e a interpretação de dados e informações, elaboradas a partir das respostas das entrevistas e dos questionários, realizadas/os com a intenção de robustecer a temática, e, também apresentam-se e os resultados alcançados pela pesquisa.

O **Capítulo 5** apresenta as **Considerações Finais** e vai além disso, apresentando também sugestões como respostas aos objetivos atingidos.

## **2. A EAD E O AVA DA SENASP**

Este capítulo se reporta a explicar o que vem a ser a Educação à Distância, temática central deste trabalho, delineando o seu início, e como uma das consequências da terceira revolução industrial – tecnologia da informação

### **2.1 SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

A Educação à Distância surge como uma nova alternativa para construção do conhecimento na qual a aprendizagem é mediada por tecnologias que permitem tanto ao professor ao aluno estarem em ambientes físicos diferentes. Para tanto, ambos necessitam de um computador e estejam conectados à internet para que assim possam acessar a um ambiente virtual de aprendizagem, como se verá a seguir.

#### **2.1.1 Uma primeira aproximação**

Desde a criação da escrita, das universidades, da preocupação com a construção do conhecimento, nunca se pensou ou imaginou que a educação seria processada e disseminada em larga escala, com o aporte das tecnologias de informação e comunicação, como ocorre atualmente.

Hoje, a disseminação de informações em tempo real, e o processamento destas informações, possibilitam conhecimentos que podem ser construídos em qualquer hora, em qualquer lugar do planeta. Isto se tornou possível pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que modificou e redesenhou as relações, fizeram uma verdadeira revolução. Através da internet é possível as pessoas se comunicarem, de modo fácil, rápido e barato, com outras pessoas em quase todos os lugares do mundo - ela praticamente elimina as barreiras de tempo e espaço.

Inclusive, Maia (2003, p. 16), reforça este entendimento ao dizer que, devido “[...] o desenvolvimento de novas tecnologias, está ocorrendo [...] uma revolução silenciosa na

sociedade, [...] [que] tem transformando os meios de fazer negócio, o modo de trabalhar das pessoas.”

Esta mesma autora (2003, p. 16), acrescenta ainda que, de fato houve uma revolução nas relações, mas também na área educacional, o desenvolvimento de novas tecnologias, na qual se pode unir os recursos educacionais, que também permitiram “[...] outras possibilidades de ensino/aprendizagem. Propiciaram o desenvolvimento de novas alternativas na modalidade de Educação a Distância”.

Azevedo (2007, p.13) reforça essa ideia de transformação oportunizada pelas novas tecnologias ao afirmar que:

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC's), fez com que a educação a distância, que já vem desde o século XVIII promovendo o acesso ao aprendizado, dar um salto qualitativo e quantitativo, não só na nova forma de aquisição de saberes, bem como modificando a relação de aprendizado entre aluno – professor – instituição neste novo século, que desde o final da década de 90 causa ao mesmo tempo oportunidades de aquisição de conhecimento, como uma profunda mudança de paradigmas nas relações do indivíduo com ele mesmo e com a comunidade em que está inserido (AZEVEDO, 2007, p. 13).

De fato, a revolução na educação fora iniciada com o aporte das tecnologias da educação. Pode-se afirmar redesenhada por apresentar a possibilidade de se aprender, de se capacitar, a distância fora dos moldes do modelo tradicional que sempre foi presencial. Para se fazer um curso a distância é necessário somente o acesso à infraestrutura para acompanhar as aulas, em geral num computador com *internet*.

Para um melhor entendimento dessa questão Buttignon (et al, 2002, p. 18) define que a “*Internet* é, [...], uma rede global, de total integração, de centenas de milhares de outras redes - locais, regionais e nacionais”, e, com seu surgimento, transformou e vem transformando o modo de comunicação das pessoas ea área educacional, como no caso da modalidade de educação a distância. A EaD utiliza os mais variados recursos pedagógicos/tecnológicos e que vem atendendo demandas crescentes de ensino e aprendizagem.

De fato, houve um notável crescimento quantitativo no número de países, instituições, cursos e alunos que diariamente estudam na modalidade de EaD.

“O aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de transporte e, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da

informação influíram ao longo dos anos de maneira decisiva nos destinos da [EaD]”, como bem afirmaram Campos et al ( 2009, p. 6).

Zolet (2010) ratifica esta situação, ao afirmar que a velocidade e a facilidade com que tem ocorrido a disseminação de informações nas últimas décadas se deve principalmente às tecnologias de informação e comunicação, que interferem inclusive na forma de ensino, reduzindo as distâncias entre as pessoas, permitindo a busca por conhecimentos de diversas formas e possibilitando o ensino a distância.

Percebe-se, então que houve uma “[...] significativa alteração qualitativa, onde novas metodologias e técnicas foram incorporadas, complexos cursos foram desenvolvidos, e com isso, novos horizontes expandiram-se para a utilização da educação a distância”, conforme asseveraram Campos et al ( 2009, p. 7).

É fato que a EaD está em expansão, devido suas possibilidades frente a custos e transposição de distâncias geográficas. Ela permite a flexibilização dos processos de ensino-aprendizagem. Sua utilização é um reflexo da sociedade da informação de hoje (CASAGRANDE, 2008, p. 18). Desse modo, esta sociedade, privilegia o conhecimento – o “[...] capital da sociedade do conhecimento não será mais a matéria-prima ou bens produzidos e acumulados, mas sim o conhecimento.” (DRUCKER, 1999; TOFFLER, 1990, apud MAIA, 2003, p.18).

Tendo o conhecimento como capital, vive-se com o aporte da tecnologia da informação, portanto, hoje a terceira Revolução Industrial, como afirma Azevedo (2007, p. 8), aconteceu:

[...] com a rápida ascensão da internet a mesma contribuiu para a expansão da educação a distância criando com isto, uma 3a. Revolução Industrial – a sociedade da informação - modificando as relações entre indivíduo e máquina, indivíduo-indivíduo, tornando-as virtuais (AZEVEDO, 2007, p. 8).

Constata-se então que, esta terceira revolução industrial promove na EaD um redesenho de interação entre indivíduo e máquina, indivíduo- indivíduo só que numa plataforma virtual. Este redesenho, impõe, portanto a interatividade, que na EaD, significa “[...] a interação entre um aluno e um professor por meio de ambientes virtuais, *softwares* educativos, enfim, com tudo o que é interativo.” (ASATO & SALES, 2008, p. 15).



De tão importante para o acréscimo de conhecimento, a modalidade de EaD foi normatizada e caracterizada por ato do Presidente da República, através do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

Primeiramente, as bases legais para essa modalidade foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional nº 9.394 (20/12/1996), regulamentada pelo Decreto nº 5.622 (19/12/2005), acima mencionado que revogou os Decretos nº 2.494 (10/02/98), e nº 2.561 (27/04/98), com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004.

[...] a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, p. s.p.).

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, de maneira geral classifica os níveis de modalidades educacionais em: (a) educação básica; (b) de jovens e adultos; (c) especial; (d) profissional; (e) e superior; além de destacar que os cursos passam a ter a mesma duração definida para os cursos na modalidade presencial, onde poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados em cursos presenciais, da mesma forma que cursos presenciais poderão aproveitar estudos realizados em cursos à distância, conforme comentam Campos et al (2009).

O referido diploma legal regulariza também o credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas na modalidade à distância.

Não se pode olvidar de relatar que há dificuldades quanto ao acesso a educação a distância, como diz “[...] as barreiras ao acesso *on-line* vão desde o número restrito de equipamentos ao desconhecimento de mecanismos que possibilitam a apropriação da informação [...]”. (VIEIRA, 2011, p. 27).

Entretanto é real que a educação a distância está cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, apresentando-se como uma nova forma de aquisição de saberes, atendendo às demandas educacionais decorrentes das mudanças tecnológicas, como bem salienta Azevedo (2007).

De fato, “[...] as tecnologias têm papel fundamental no estabelecimento dos referenciais intelectuais e espaço-temporais das sociedades humanas; isto é, todas as formas de construção do conhecimento estão estruturadas em alguma tecnologia.” (LÉVY, 1993, apud AZEVEDO, 2007, p. 19). Por isso, o destaque da EaD nesta terceira revolução

industrial, por propiciar a aquisição de novas formas de acesso ao conhecimento, em tempo e lugar distintos.

Claro que, com o aparecimento das novas tecnologias a EaD ganha importância, mas isto se deve também as falhas apresentadas, de um modo geral, no ensino presencial tradicional. “A EaD utiliza-se do ambiente midiático para preencher lacuna aberta nos processos de ensino-aprendizagem tradicionalmente utilizados pelas instituições tradicionais.” (NITZKE, 2006, apud AZEVEDO, 2007, p.10).

Segundo Ribeiro (2006, apud AZEVEDO, 2007, p.10), a EaD tem sido considerada uma importante modalidade para a propagação do ensino, pois é um importante instrumento de intercâmbio e articulação de conhecimento entre as diferentes comunidades virtuais de aprendizagem, e demonstra ter, um grande potencial pedagógico.

Dito isto, apresenta-se um breve histórico sobre o ensino a distância na próxima subseção.

### **2.1.2 Histórico do Ensino a Distância**

Historicamente, torna-se muito criteriosa a seleção de um marco que possa ter iniciado formalmente a Educação a Distância no mundo, pois a própria Bíblia, a depender da epistemologia pretendida, serviu como instrumento de educação.

Dessa forma, é possível dizer que o ensino a distância tem suas origens na antiguidade greco-romana, onde havia o intercâmbio de mensagens de cunho educacional (instruções), através de correspondências, que possuíam os mais diversos fins: transmissão de conhecimentos científicos, ensinamentos estratégicos de guerras, religiosidade, dentre outros. Assim, esta técnica perpassa o Cristianismo, e tem especial destaque no período Humanista e Iluminista, como mencionam Campos et al ( 2009, p. 4-5).

Já Lopes et al (2010, p. 195) afirmam que, “[...] a Educação a Distância começou no século XV, quando foi inventada a imprensa por Guttenberg na Alemanha”.

Como não há um marco exato do surgimento da EaD, Azevedo (2007, p. 16) afirma em seu trabalho que o primeiro registro desta modalidade advém do século XVIII, na cidade de Boston, nos Estados Unidos, como se vê logo abaixo:

A notícia mais antiga que se tem sobre a EAD é a de um anúncio publicado em um pequeno jornal da cidade de Boston, nos Estados Unidos, ainda no

século XVIII, que dizia: “Qualquer pessoa que queira estudar taquigrafia pode ter várias lições enviadas a sua casa semanalmente, e estará tão bem instruído quanto uma pessoa que more em Boston” (AZEVEDO, 2007, p.16).

De qualquer forma, percebe-se nos dois momentos históricos que, de alguma forma as pessoas das sociedades, em momentos distintos, buscaram compartilhar os conhecimentos para o enriquecimento de informações, para aprimorar o próprio conhecimento, seja para a tomada de uma decisão, seja para uma melhor capacitação e qualificação no trabalho. Enfim, buscaram ensinar algo a alguém.

Assim sendo, constata-se que não é de hoje que o ser humano se vale de outros métodos para ensinar. Por isso, torna-se oportuno, ventilar de maneira resumida o desenvolvimento da EaD em três gerações, conforme os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação de cada época. Segundo Campos et al (2009, p 5):

a) Primeira geração: ensino por correspondência, caracterizada pelo material impresso; b) Segunda geração: os recursos são ampliados com programas radiofônicos e televisivos, aulas expositivas e fitas de vídeo aliados ao material impresso. A comunicação síncrona predominou neste período; c) Terceira geração: ambientes interativos, com a eliminação do tempo fixo para o acesso à educação. A comunicação passa a ser assíncrona em tempos diferentes e as informações são armazenadas e acessadas sem perder a interatividade, facilitadas pelos meios digitais. A Internet é instrumento decisivo e modificador de possibilidades permitindo avanços significativos principalmente na ampliação de atendimento ao público discente. Os meios disponíveis passam a ser: a teleconferência, o chat, o fórum de discussão, o correio eletrônico, blogs e sistemas virtuais permitindo trocas instantâneas de informações entre professores e alunos. (CAMPOS et al, 2009, p 5)

De fato, as três gerações mostram a evolução do ensino a distância. Na primeira, qualquer interação era praticamente inexistente; na segunda havia uso de meios tecnológicos, mas não interativos; e na terceira geração, especialmente, promovida pela terceira revolução industrial, é sentida e praticamente vivenciada por todos, em todos os lugares do planeta.

A prova disto são os números expressivos de escolas e faculdades em todo o mundo, que ofertam diferentes cursos na modalidade EaD, pela flexibilização das metodologias e pela utilização da tecnologia que viabiliza a construção de sistemas interativos para a comunicação e assim facilita as formas de produção e distribuição de conteúdos (AZEVEDO, 2007; ASATO & SALES, 2008). O espaço geográfico é redefinido e a virtualidade entra como mediadora do processo de ensino-aprendizagem. (AZEVEDO, 2007).

Para o devido registro, Azevedo, (2007, p. 17), menciona que em 1904, no Brasil, “ dá-se início ao ensino por correspondência e em 1941 surge o Instituto Universal Brasileiro, um dos pioneiros no ensino a distância em nosso País.

Após esta curta visita ao histórico da EaD, buscas-se na próxima subseção definir esta modalidade de ensino.

### **2.1.3 O que é Educação à Distância (EaD)**

Educação à distância é a modalidade de ensino que permite ao aprendiz não estar fisicamente presente em um ambiente formal de ensino-aprendizagem, onde existe uma separação temporal e/ou espacial entre ele e o professor.

Segundo Zolet (2010), a EaD é

[...] uma modalidade de ensino no qual o aluno e o professor encontram-se em tempo e espaço distintos. Essa modalidade educacional possibilita o aluno não estar presente fisicamente em um ambiente formal de ensino-aprendizagem, como também permite que o aluno realize seu auto-estudo em tempo distinto (ZOLET, 2010, p.18).

Campos et al (2009, p. 9), deixam clara a questão da otimização do tempo e a oportunidade da construção de conhecimento acontecer em qualquer lugar, quando na modalidade a distância, quando dizem que “[...] oferece ao ensino uma maior flexibilidade de locais e horários para a realização das atividades pedagógicas. É por isso que o ensino a distância é indicado para um público que, por inúmeros motivos, encontra dificuldades para se inserir no ensino integralmente presencial”.

É claro que, para estar tanto o professor e o aluno em tempo e espaços distintos só mediante o aporte das TIC. Através delas se permite ter não só a interação, mas também a interatividade, já mencionada em um sistema interativo. Em outras palavras, “[...] a interação entre professor-aluno se dá mediada por uma tecnologia e ocorre por intermédio da interatividade, ou seja, a interação ocorre com a interatividade.” (AZEVEDO, 2007, p. 15).

Assim sendo, a ligação, a interação entre professor e aluno ocorre por meio de “[...] tecnologias, das mais diversas, passando pela impressa, pelas digitais, principalmente a Internet, e também pelas hipermídias, além de outras como o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o cd-rom, o telefone, o fax e o celular.” (CAMPOS et al, 2009, p.4). Esta modalidade,

segundo Azevedo (2007,p.15), “[...] permite que o aluno interaja com meios tecnológicos interativos, juntamente com o seu tutor, para que ambos se interajam.”

Moran (2010, apud ZOLET, 2010, p.18), ressalta o que foi dito acima, ou seja, que os meios tecnológicos promovem uma conexão entre o aluno e o professor mesmo que estejam em locais e tempos distintos, quando diz: “[...] separados espacial e/ou temporalmente a conexão entre eles se efetua por meio de ferramentas da tecnologia, como a Internet, mas também pelo correio, rádio, televisão, vídeo, CD-ROM, telefone e fax.

Assim sendo, a EAD caracteriza-se pelo estabelecimento de comunicações em múltiplas vias, então, suas possibilidades se ampliam em meio às mudanças tecnológicas como uma modalidade alternativa para superar limites de tempo e espaço.

Litwin (2001, apud ASATO & SALES, 2007, p.17), define a EaD como “[...] uma modalidade de ensino com características específicas, isto é, uma maneira particular de criar um espaço para gerar, promover e implementar situações em que os alunos aprendam”. De fato, se democratiza um espaço virtual para que os alunos tenham a oportunidade de aprender. Inclusive, os referenciais da EaD são fundamentados nos quatro pilares da Educação do século XXI, publicados pela UNESCO, que são: “[...] aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender [...]”, como bem citado por Campos et al (2009, p. 6).

Desse modo, a “[...] EaD surge como modalidade de educação que possibilita formas diferentes de ver o mundo, de ensinar e aprender.” (NEVES, 2013, p. 19). Assim, a educação deixa de ser concebida como mera transferência de informações e passa a ser norteada pela contextualização de conhecimentos úteis ao aluno, o qual se motiva para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Nesse espaço deve ser efetiva a ação do professor, para motivar o aluno a aprender e a pensar.

A principal diferença desta modalidade de ensino está no fato de que Diferencia-se da educação presencial, porque nesta,:

[...] o aluno constrói o conhecimento – ou seja, aprende – e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores (orientadores ou tutores). (BRASIL, 2003, apud LOPES et al, 2010, p. 196).

Por isso, de acordo com Belloni (2003 *apud* Azevedo, 2007, p.11), “[...] a educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como

uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais.

De fato, uma realidade que não mais retroagirá, só seguirá em frente, com possibilidades de novos redesenhos, ajudando a promover a “[...] democratização de oportunidades educacionais [...]”, como uma via de “[...] emancipação do indivíduo no contexto social [...]”. (NEVES, 2013, p. 19).

Visto o conceito sobre a EaD e a sua disseminação global, cabe retratar a quem se dirige o curso nesta modalidade, como se verá logo a seguir.

#### **2.1.4 O aluno a quem se dirige o curso na modalidade de EaD**

O aluno é considerado parte central desta nova modalidade de ensino para onde convergem os recursos metodológicos, a aplicação das novas tecnologias de informação e comunicação (AZEVEDO, 2007). Mas, para tanto, e também para aproveitar ao máximo o que lhe é ofertado, o “[...] aluno virtual deve ser aberto, flexível, honesto e ter, de fato, vontade de assumir a responsabilidade [...] para o processo de aprendizagem on-line.” (PALLOF e PRATT, 2004 apud AZEVEDO, 2007, p. 21).

Na prática, diz Authier ([2006], apud AZEVEDO, 2007, p. 22), o aluno passa a ser o principal sujeito de sua própria aprendizagem, que lhe exige, “[...] maior iniciativa, autonomia e disciplina, pois ele fará seu próprio horário de estudo, estabelecerá as condições em que irá estudar e [...] o ritmo desse estudo, adaptando-o a seu perfil e conveniência [...]”.

Na atualidade, o aluno virtual, em sua maioria, é adulto e busca estar em consonância com o mercado de trabalho. Ele vê na EaD uma forma de prosseguir nos estudos. Isto ocorre pela facilidade de acesso através da internet, flexibilidade de horários e autonomia para desenvolver seus conhecimentos de acordo com sua disponibilidade de tempo.

Como já mencionado, o contato do aluno com a sala de aula é feito de forma *online* no AVA. É neste espaço que ele realiza boa parte do curso, como por exemplo: acompanhamento dos módulos da disciplina, conteúdo em texto, aulas em vídeo, exercícios, tarefas, fóruns de discussão, *chats*, conferências e demais ferramentas de interação. Em geral, além do acompanhamento do professor, os alunos também contam com a ajuda de tutores, que participam das discussões, orientam e respondem algumas dúvidas.

De acordo com Pallof e Pratt (2004, apud AZEVEDO, 2007, p.12), o aluno virtual acredita que aprendizagem de alta qualidade pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento – não apenas na sala de aula. Mas para tal mister, é desejável também que ele tenha conhecimentos básicos de informática, para ter mais facilidade ao utilizar as ferramentas virtuais dos cursos em EAD, ao tempo em que também tenha uma atitude diferenciada, ou seja, iniciativa, compromisso etc. (ASATO e SALES, 2008).

Enfim, na EaD o aluno é desafiado a pesquisar e entender o conteúdo, de forma a participar da disciplina. (CAMPOS et al., 2009, p. 7).

Após a explanação sobre o aluno a quem se dirige o curso EaD, reporta-se adiante sobre o AVA da SENASP, uma oportunidade de construção de conhecimento para os agentes públicos que lidam com a segurança pública.

## 2.2 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DA SENASP

A Rede Nacional de Educação a Distância foi criada no ano de 2005 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/Ministério da Justiça, com o objetivo de viabilizar o acesso dos profissionais de segurança pública de todo o país aos processos de aprendizagem, independente das limitações geográficas e sociais existentes, de forma gratuita, qualificada, integrada e continuada, voltados a atenuar questões sociais ligadas à área da segurança pública no país (CAMPOS et al, 20009; BRASIL, s.d., s.p.).

Para garantir o acesso de todas as forças públicas do Brasil - policiais civis e militares, bombeiros militares, guardas municipais, agentes penitenciários, policiais federais e rodoviários federais -, foi realizada parceria com os entes federados, parceria esta que se consolidou através de Acordos de Cooperação Federativa com os 26 (vinte e seis) Estados da Federação, o Distrito Federal e mais 27 (vinte e sete) municípios. Os acordos possibilitaram promover uma articulação entre as Academias, Escolas e Centros de Formação e Aperfeiçoamento dos Operadores de Segurança Pública e Justiça Criminal brasileiros.

Os cursos acontecem através de ciclos, sendo que a cada ano realizam-se de três a quatro ciclos de cursos, distribuídos em diversos temas, que atingiram em 2016 o marco de mais de 3 (três) milhões de matrículas efetivadas, nos 125 (cento e vinte e cinco) cursos já disponibilizados desde a sua criação. Possui atualmente mais de 670 (seiscentas e setenta) mil

peças cadastradas e conta com 74 (setenta e quatro) cursos acessíveis com tutoria – quer dizer que possui Tutor para orientar os estudos de forma programada. (BRASIL, 2016).

O tutor pode ser entendido como aquele professor que não é o responsável pela disciplina e nem pelo conteúdo disponível, como o professor autor ou o conteudista, mas aquele “[...] que está à disposição dos alunos para o esclarecimento das dúvidas e [para] dar os devidos auxílios [...]”, como bem mencionaram Asato e Sales (2008, p.12).

O tutor tem “[...] como responsabilidade a orientação e o acompanhamento do desenvolvimento dos estudos dos alunos. A tutoria caracteriza-se como uma atividade fundamental na EaD, pois desenvolve a interlocução entre os atores dessa modalidade de ensino.”, segundo Cartaxo et al (2008, p. 188).

A Rede EaD/SENASP, tem como finalidade o desenvolvimento de talentos humanos e da autonomia intelectual, além de possibilitar aos seus alunos o intercâmbio cultural e de saberes com pessoas de diferentes lugares. Isto de fato acontece, quando um aluno da força pública se matricula terá como colegas outros profissionais lotados em qualquer lugar do Brasil, em clima total de interatividade e de intercâmbio cultural. Como bem afirmam Asato e Sales (2008, p. 13) “[...] a educação a distância disponibiliza [...] técnicas rápidas e eficazes cuja principal característica é a interatividade, possibilita ao usuário interagir com uma máquina e, através da interatividade, promove a interação entre os envolvidos nesse processo.”

Seus cursos são direcionados aos operadores de segurança pública, que necessitam de qualificação específica para sua atividade profissional e social, mas que têm limitações de tempo e/ou dificuldade de cumprir uma intensa agenda de horários de aulas, além da impossibilidade de se deslocarem fisicamente, como um curso presencial requer.” (CAMPOS et al, 2009).

A Rede EAD/SENASP utiliza uma proposta didático-pedagógica crítica e reflexiva para a construção de conhecimento, através do uso de estratégias pedagógicas de ensino, específicas da modalidade à distância, e disponibiliza material enriquecedor, sempre revisado/atualizado para leitura para complementar.

O modelo metodológico adotado pela Rede EAD/SENASP privilegia a autonomia intelectual do aluno, proporcionando-lhe liberdade na organização do seu tempo. Com base nessa proposta são realizados encontros *on-line* (*chats*) e 11 (onze) aberturas de fóruns de discussão, mediados por tutores especializados nesta modalidade e no tema do curso.



Como foi visto, os cursos da Rede EaD/SENASP são elaborados para qualificar os profissionais de segurança pública. A seguir são listados todos os cursos que, ao ser escolhido, será um meio de construção ou extensão do conhecimento, para atender a demanda daquele que procura.

### 2.2.1 Cursos oferecidos às forças públicas pela Rede EaD/SENASP

Como os cursos ofertados pela Rede EaD/SENASP são direcionados aos operadores de segurança pública lotados em diferentes esferas e em diversas instituições, sejam elas de nível federal, estadual ou municipal, por consequência, apresentam temáticas diferentes, para atender as especificidades de cada profissão e qualificar os profissionais de acordo com as exigências de cada segmento. Tal situação poderá ser observada conforme o “**Quadro 1** – Relação de cursos em EaD – SENASP – 2016”, com os 74 (setenta e quatro) cursos ofertados no AVA da SENASP, em 2016, incluindo as siglas utilizadas para cada um deles. **Quadro 1** – Relação de cursos em EaD – SENASP – 2016

**Quadro 1** – Relação de cursos em EaD – SENASP - 2016

Nº	Nome do Curso	Sigla
1	Análise Criminal 1	AC1VA
2	Análise Criminal 2	AC2
3	Aspectos Jurídicos de Atuação Policial	AJAVA
4	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	AMSV
5	Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis	APGVVA
6	Balística Forense Aplicada	BFA
7	Bombeiro Educador	BOED
8	Busca e Apreensão 1	BEA1
9	Busca e Apreensão 1	BEA2
10	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	BREC
11	Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança do Adolescente	ECA
12	Condutores de Veículos de Emergência	CVE
13	Convênios, Formalização e Execução 1	CFE1
14	Crimes Ambientais	CRAVA
15	Crimes Cibernéticos: Procedimentos Básicos	CCPB

**Fonte:** BRASIL (s.d, s.p.,2016) VA - Versão Atualizada

**Quadro 1** – Relação de cursos em EaD – SENASP - 2016

16	Defesa da Concorrência ( Cartéis)	CART
17	Docência Virtual	DCV
18	Emergencista Pré-Hospitalar	EPH1VA
19	Emergencista Pré-Hospitalar	EPH2VA
20	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	ETP
21	Enfrentamento da Exploração Sexual de Crimes e Adolescentes	ESCAVA
22	Espanhol 1	ESP1
23	Espanhol 2	ESP2
24	Filosofia dos Direitos Humanos Aplicados à Atuação Policial	FDHAPVA
25	Fiscalização de Excesso de Peso	FEPVA
26	Fiscalização Interestadual de Transporte de Passageiros	FITP
27	Formação de Formadores SENASP	FFSPVA
28	Formação de Tutores 1	FDT1
29	Formação de Tutores 2 – Acompanhamento de Fóruns	FDT2
30	Gerenciamento de Crise	GDC
31	Gestão de Projetos	GPVA
32	Identificação de Armas de Fogo	IDA
33	Identificação Veicular 1	IDV1VA
34	Identificação Veicular 2	IDV2VA
35	Inglês 1	ING 1
36	Inglês 2	ING 2
37	Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	IEPPVA
38	Introdução a Atividade de Inteligência	CIAIVA
39	Investigação Criminal 1	IC1VA
40	Investigação Criminal 2	IC2VA
41	Investigação de Estupro	IDE
42	Investigação de Homicídios 1	IH1
43	Investigação de Homicídios 2	IH2
44	Libras	LBS
45	Local do Crime: Isolamento e Preservação	PLCVA
46	Mediação Comunitária	MCOM
47	Mediação de Conflitos	MCVA
48	Necropapiloscopia	NECRO

**Fonte:** BRASIL (s.d, s.p., 2016) VA - Versão Atualizada

**Quadro 1** – Relação de cursos em EaD – SENASP - 2016

Nº	Nome do Curso	Sigla
49	Ocorrências Envolvendo Bombas e Explosivos	OBE
50	Perícia Papiloscópica em Identificação Humana 1	PAPIH
51	Planejamento Estratégico	PES
52	Polícia Comunitária	PCOVA
53	Policiamento Comunitário Escolar	PCE
54	Policiamento Orientado para o Problema	POP
55	Políticas Públicas de Segurança Pública	PPSP
56	Português Instrumental	PTIVA
57	Prevenção da Letalidade de Crianças e Adolescentes	PLCA
58	Prevenção e Enfrentamento a Tortura	PET
59	Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	PCAAM
60	Psicologia das Emergências	PDE
61	Redação Técnica	RDTVA
62	Relatório de Local de Crime	RLC
63	Resolução de Conflitos Agrários	RCA
64	Segurança Contra Incêndio	SEGCI
65	Segurança Pública sem Homofobia	SPSHVA
66	Sistema de Comando de Incidentes 1	SCI1
67	Sistema de Comando de Incidentes 2	SCI2
68	Sistema e Gestão em Segurança Pública	SGSP
69	Técnicas e Tecnologias Não Letais de Atuação Policial	TNL
70	Tópicos em Psicologia Relacionada à Segurança Pública	TEP
71	Uso da Informação na Gestão da Segurança Pública	UIGVA
72	Uso Diferenciado da Força	UDF
73	Violência, Criminalidade e Prevenção	VCP VN
74	Metodologia da Pesquisa Científica	MPC

**Fonte:** BRASIL (s.d, s.p., 2016) VA - Versão Atualizada

Como foi mencionado anteriormente, a EaD surge como uma das mais importantes ferramentas de difusão de educação e conhecimento. Uma oportunidade para qualquer empresa, seja pública ou privada, promover e motivar que seus profissionais busquem construir novos conhecimentos e informações e melhorem sua qualificação e capacitação, consequentemente prestem melhores serviços.

Assim sendo, dos 74 (setenta e quatro) cursos ofertados no ambiente da Rede EaD/SENASP vários são direcionados aos policiais militares, em especial aos policiais rodoviários que atuam nas rodovias de todo Estado baiano, o que pode ser um dos caminhos para qualificar e capacitar os lotados nas unidades operacionais que acabam se distribuindo em todas as áreas dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios que compõem o Estado da Bahia. Os conteúdos destes cursos, por certo, integram informações novas e importantes às já existentes.

É fato que é muito difícil conseguir, numa estrutura de segurança pública, conciliar instrutores que são policiais militares e discentes que também são policiais militares num ambiente presencial, em horários pré-estabelecidos e deixá-los afastados dos seus postos de serviços para um curso de extensão ou de capacitação, devido óbices institucionais muito difíceis de serem vencidos como custo, tempo, distância e disponibilidade. Como Campos et al (2009, p. 7) retratam, “[...] esses óbices elencados [...] impossibilitam com frequência, a educação continuada aos profissionais de segurança pública.”

A opção, portanto, para conciliar a presença do instrutor e discente que não se encontram juntos no mesmo espaço físico, é necessário que existam meios que possibilitem uma comunicação entre ambos, esta nova forma de comunicação poderá ser a EaD, como bem afirmam Lopes et al (2010).

Então, a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação, notadamente a televisão por satélite e a rede internet, proporcionam a disseminação do conhecimento para contingentes cada vez maiores, com redução de custos, na medida em que cresce o número de participantes no aprendizado justificando, plenamente, o investimento inicial com equipamentos, redes de comunicação e desenvolvimento de conteúdos, de acordo com Campos et al (2009).

Enfim, a Educação a Distância, em particular o AVA da SENASP, permite um ambiente de cooperação com uma contínua interação entre os alunos e professores, direcionando a formação de uma rede de conhecimentos, de forma gratuita, sem qualquer custo para o Estado e sem qualquer ausência ao serviço, desde que está acontecendo no momento de folga dos policiais, em horário mais oportuno. Portanto, é uma alternativa oportuna para qualificar e capacitar os militares lotado no BPRv, o qual possui prepostos em todo o estado da Bahia, haja vista a responsabilidade do policiamento rodoviário em todas as malhas rodoviárias estaduais, e as federais por delegação, sem os óbices institucionais: custo, tempo, distância e disponibilidade, como se apresenta no próximo capítulo.

### **3. A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA / O BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL / O POLICIAMENTO OSTENSIVO RODOVIÁRIO ESTADUAL**

Este capítulo volta-se ao surgimento da força pública estadual, explica a atividade ostensiva exercida e a missão de policiamento ostensivo feita pela corporação, por força de preceito constitucional, ao tempo em que cita o BPRv como uma das unidades que compõem a PMBA, destacando a sua principal atividade que é o policiamento ostensivo rodoviário. O objetivo é proporcionar ao leitor conhecer um pouco mais a instituição encarregada de protegê-lo e garantir a sua incolumidade física e de seu patrimônio quando usuário das rodovias estaduais.

Ditas estas palavras introdutórias sobre o capítulo, a seção que o inicia tratará sobre a Polícia Militar da Bahia.

#### **3.1 A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (PMBA)**

A PMBA é uma instituição quase bicentenária que surgiu com o objetivo de proporcionar a segurança e garantir a tranquilidade pública a sociedade a que pertence.

##### **3.1.1 A Origem**

A Polícia Militar da Bahia foi criada oficialmente por Decreto do Imperador D. Pedro I, datado de 17 de fevereiro de 1825, que determinava organizar, na Cidade da Bahia, um Corpo de Polícia, nos termos seguintes:

Sendo muito necessário para a tranqüilidade e segurança pública na Cidade da Bahia, a organização de um corpo, que sendo-lhe incumbido aqueles deveres de responder imediatamente pela sua conservação e estabilidade: Hei por bem: mandar organizar na Cidade da Bahia um Corpo de Polícia, pelo plano que com este baixa, assinado por João Vieira de Carvalho, do meu Conselho de Ministros e Secretário d'Estado dos Negócios de Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenham assim entendido e o faça executar. Paço, 17 de fevereiro de 1825. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial. (a) João Vieira de Carvalho. (ARANHA, 1997, p. 15).

Aquartelado inicialmente no Convento de São Bento, numa pequena ala anteriormente ocupada por unidade do Exército, com efetivo de 238 (duzentos e trinta e oito) homens, cabia ao novo Corpo de Polícia a tarefa de zelar pela aplicação das posturas municipais e pela manutenção da lei e da ordem pública em razão das inúmeras áreas de atrito então existentes.

A corporação militar baiana, ao longo da sua existência, apresentou um currículo de relevantes serviços prestados não só à essa sociedade, mas também à sociedade brasileira.

A PMBA teve participação notória em alguns movimentos históricos como: na Revolta dos Malês, para conter rebeliões de escravos; na Guerra do Paraguai, para defender as nossas fronteiras; em expedições para manter a ordem na região das Lavras Diamantinas; na Campanha de Sergipe; na Guerra de Canudos; na Sabinada; na Revolução de 1930; na Revolta Comunista de 1935; nas campanhas contra o cangaço; e tantas outras campanhas, expedições, insurreições, revoluções e guerras.

### **3.1.2 A Missão constitucional da PMBA – Polícia ostensiva e preservação da ordem pública para a segurança humana**

O artigo 144 da Constituição Federal estabeleceu a segurança pública, como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos órgãos de polícia, dentre os quais se encontra a Polícia Militar. Concomitantemente, no mesmo artigo estabeleceu a missão constitucional de cada força policial, deixando claro que à Polícia Militar caberá a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Art. 144º - A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; ao corpo de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988).

A segurança pública, em sentido *lato*, traduz o estado de garantia e tranquilidade, assegurado à coletividade em geral e ao indivíduo em particular, quanto à sua pessoa, liberdade e ao seu patrimônio, afastados de perigo e danos, pela ação preventiva dos órgãos próprios (SOARES, 2000, apud Trevisan et al, 2001).

Quanto à ação ostensiva somente ser função da Polícia Militar, conforme determinado no artigo 144º da mais alta lei do país, há uma consonância com o Decreto da Presidência da República de nº 88.777, datado de 30 de setembro de 1983, que definiu o policiamento ostensivo como a ação policial exclusiva das Polícias Militares, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.

Percebe-se que o policiamento ostensivo, de competência da Polícia Militar, engloba todos os meios e formas de emprego da Polícia Militar, onde o policial é facilmente identificado: pela farda que ostenta (principal aspecto), pelos equipamentos, aprestos, armamento e meio de locomoção utilizados, visando a tranquilidade e bem estar da população a preservação da ordem pública. Observados entretanto os critérios: técnicos, táticos, variáveis e princípios próprios da atividade..

De fato, essa atividade ostensiva da Polícia Militar é a ação policial, cujo emprego do homem ou da fração de tropa seja identificado de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, acionamento de viatura, visando o poder dissuasivo, com o intuito de preservar o interesse da Segurança Pública nas comunidades, e resguardar o bem comum em sua maior amplitude.

Então, o policiamento ostensivo é exercido pelo policial militar fardado, em locais públicos, com caráter preventivo, pela observação e fiscalização, em atitude de vigilância, para coibir a ação de infratores e evitar a ocorrência de atos delituosos, inclusive nas rodovias estaduais (FRAGA, 2006).

Assim sendo, o policiamento ostensivo tem como função principal realizar a prevenção dos crimes, contravenções penais e de violações de normas administrativas em áreas específicas, como: o trânsito, meio ambiente, poluição sonora entre outras. Se constitui em medidas preventivas e de segurança, para evitar o acontecimento de delitos e de violações de normas.

Este policiamento tem a finalidade de prevenir o crime, o delito e a desordem, ou seja, a manutenção da ordem e o cumprimento da lei, o que inicialmente se caracteriza pela farda. Assim sendo é proativo, porque ao ser identificado a metros de distância através da farda, pode inibir a execução do crime nas regiões onde está disposto, fazendo com que se cumpra sua missão constitucional de favorecer a ordem pública preventivamente onde quer que esteja (STURARO FILHO, 2012).

O policiamento ostensivo é a primeira linha de defesa do cidadão e da comunidade e destina-se a inibir os atos criminosos através da presença real ou potencial do Policial Militar (PM) fardado nos diversos locais. Oferece, dessa forma, a sensação de segurança para as comunidades, seja em área urbana ou rural, a via será sempre a de prevenção da violência (STURARO FILHO, 2012).

Infelizmente, a violência constitui-se em um vetor que, cotidianamente, se faz presente no processo evolutivo do ser humano, da própria existência e edificação da sociedade, incrustando marcas, de forma mais sutil ou em ações aviltantes, ou até mesmo bárbaras. Tornando-se, portanto, uma fonte para a insegurança individual (SORJ, 2005, p. 12).

Desse modo, a violência mesmo não sendo desejada passou a fazer parte do dia a dia. Não é um fenômeno que surgiu nesta fase contemporânea da história, ao contrário sempre existiu e ainda irá existir desde que ocorra,

[...] uma situação de interação, um ou vários outros, agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, sejam em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1978, apud HAYECK, 2009, p. 3).

Percebe-se que por mais se queira extinguir a violência, não haverá sucesso neste desiderato, mas sim uma possibilidade de mitigá-la. Logo, para se contrapor a violência, é necessário contar com estruturas políticas e administrativas capazes e eficientes bem como com policiais militares qualificados e capacitados para entender a questão da violência e o seu respectivo papel, inclusive respeitando os direitos humanos e abrangendo o contexto social que se origina essa violência. (SORJ, 2005).

Assim sendo, o que sempre a polícia militar deverá priorizar é a segurança humana, o que remete ao “[...] direito de viver em liberdade, sem sentir medo, e de poder viver livre e com dignidade.” (SADAKO OGASA & AMARTYA SEM, 2005, apud SORJ, 2005, p.2).

A preocupação com a segurança humana é tão imperiosa que não poderá estar e nem ser dissociada dos quadros institucionais, em especial do Estado tanto quanto dos funcionários responsáveis pelo respeito e aplicação da lei (SORJ, 2005). Trazendo esta máxima para a seara da Polícia Militar, os policiais militares deverão respeitar o direito e o estado democrático de direito de cada cidadão, e adotar todas as ações pertinentes para a promoção da segurança pública.



Logo, o sistema coletivo de segurança, através de seus órgãos com suas respectivas ações, deve promover às pessoas um estado, uma sensação de viver livre e sem medo. Isto projeta a execução da segurança pública como um meio para se atingir a segurança humana. E, no trânsito nas rodovias não seria diferente, até porque é um direito ter a circulação isenta de ameaças à vida. Um trânsito seguro nas rodovias é um direito por estar associado ao direito à própria vida, a cidadania, a saúde, a liberdade, a moradia e à segurança - direitos fundamentais do cidadão constantes da Constituição Federal.

A segurança pública cabe as Polícias Militares dos Estados, as quais compete, constitucionalmente, o serviço da ordem política e social. Logo, as Polícias Militares são responsáveis pela segurança social além de atender às requisições das autoridades administrativas, com o objetivo de manutenção da ordem e prevenção da violência.

Vista a questão legal da atividade ostensiva, a subseção a seguir tratará de um dos tipos do policiamento ostensivo, o rodoviário, exercido somente pelo Batalhão de Polícia Rodoviária.

### **3.1.3 Policiamento ostensivo rodoviário**

No que tange ao policiamento rodoviário estadual pode-se dizer que, o policiamento ostensivo rodoviário é um tipo específico de policiamento ostensivo dentro das variáveis deste tipo de policiamento, já que almeja a circulação, proteção e segurança das pessoas nas estradas.

Em outras palavras, é uma atividade de polícia especializada na execução de policiamento ostensivo em rodovias e estradas, independente da pavimentação. Sua finalidade é garantir a livre circulação de veículos, passageiros e cargas, de acordo com as normas próprias do trânsito brasileiro.

A “**Figura 1** – Variáveis de policiamento ostensivo”, apresentada abaixo, ilustra os elementos, as variáveis, as áreas que abrangem a ação ostensiva, os processos de locomoção, modalidades de abordagem, circunstâncias, locais, desempenho de atividades, efetivo, forma, instrumentos/equipamentos, tecnologias, enfim, os diversos processos que compõem o policiamento ostensivo.

**Figura 1** – Variáveis de policiamento ostensivo



Fonte: Figura construída pelo autor deste texto, baseada no Manual de Policiamento Ostensivo (ARANHA, 1997, p. 14).

Inclusive, a atividade de policiamento ostensivo da Polícia Militar, voltada para o policiamento nas rodovias, também encontra sustentação na Lei nº 13.201, de 09 de dezembro de 2014 (Lei de Organização Básica), quando estabelece a competência da PMBA, dentre outras coisas:

Art 1º - [...]

[...]

II – **exercer a missão de polícia ostensiva de segurança**, de trânsito urbano e rodoviário, de proteção ambiental, guarda de presídios e instalações vitais, além do relacionado com a prevenção criminal, justiça restaurativa, proteção e promoção aos direitos humanos, preservação e restauração da ordem pública.

[...] (BAHIA, 2014)

A partir disto, constata-se que o policiamento de trânsito é a função exercida pela Polícia Militar da Bahia, que tem como objetivo o de prevenir e reprimir atos relacionados com a segurança pública e de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação e a prevenção de ocorrência de acidentes.

Percebe-se então a nobre missão de proteção das rodovias, tendo em vista que no Brasil, e por consequência em seus Estados integrantes, têm como o principal meio de transporte o modal rodoviário, seja de pessoas em férias ou a trabalho, que se utilizam do seu veículo particular como transporte, seja o transporte de carga de alimentos, mercadorias diversas, produtos, equipamentos eletrônicos, carga viva, transporte de produtos perigosos e outros, que promovem um maior volume via rodovia.

Todas as mercadorias transportadas nas rodovias mostram o desenvolvimento das cidades, municípios e do Estado baiano, mas ao mesmo tempo oportunizam ações criminosas. As rodovias estaduais do nosso Estado são utilizadas também como rotas de tráfico nacional de drogas, armas e munições, acondicionadas em fundos falsos de veículos de passeio e cargas, escondidos em mercadorias transportadas em bagageiros de ônibus, como se fossem malas de viagens. Não só isso, nas próprias entradas das cidades pratica-se principalmente o tráfico “formiguinha”, isto é, pequenas quantidades trazidas por várias pessoas, notadamente jovens, mulheres e na atualidade também idosos.

Pode-se dizer inclusive que, as armas utilizadas por marginais na Bahia entram via rodoviária, porém se afirmar isto carece de um estudo mais minucioso da área de inteligência. Isto porque, no próprio Estado existem vários aeroportos e heliportos clandestinos e uma extensa costa marítima para que se racionalize os meios e a eficácia das ações.

Não só existe a ocorrência de ações criminosas como também há acidentes e crimes de trânsito, nas estradas estaduais. Na realidade, há de se destacar que, a opção preferencial pelo modal rodoviário está na contramão do que se observa no mundo desenvolvido - o que resulta em pesados prejuízos econômicos e inestimável preço em perda de vidas humanas nas estradas brasileiras.

Para garantir a segurança humana é necessário se ter um policiamento especializado nas rodovias estaduais. Assim, a real e efetiva atuação e fiscalização dos policiais militares irá promover a segurança humana e a prevenção da violência nas rodovias.

Souza Filho (2006, p. 11) afirma que “[...] atualmente nas rodovias estaduais cabe a Polícia Militar, através de seu segmento especializado, exercer a fiscalização do trânsito, aplicando as medidas tipificadas no Código de Trânsito Brasileiro. ”

O art. 1º, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro - CTB (BRASIL, 1997, s.p.), define que o trânsito seguro é um direito de todos, e que “[...] é dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito”, assegurar este direito. Por sua vez, o art. 7º, inciso VI, do CTB, compõem o Sistema Nacional de Trânsito, entre outros órgãos e entidades “[...] as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal. ”

Ainda no art. 1º, no § 5º do CTB, se determina que estes mesmos órgãos e entidades “[...] darão prioridade em suas ações à defesa da vida. ”

E, em seu art. 23, inciso III, o CTB define que compete às polícias militares “[...] executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários. ”

Já o Anexo I, do CTB, apresenta o conceito/definição do Policiamento Ostensivo de Trânsito, dizendo que é a

[...] função exercida pelas Policias Militares com o objetivo de prevenir e reprimir atos relacionados com a segurança pública e de garantir obediência às normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes. (BRASIL, 1997, s.p.)

De maneira geral, entende-se que a Polícia Militar tem como objetivo prevenir e reprimir atos relacionados com a segurança pública e por consequência privilegiar a ordem pública, ou seja, a ausência de agitações, desordens e atos de violência contra pessoas, bens ou o próprio Estado.

Na seara do trânsito rodoviário há de se priorizar a manutenção da harmonia, dos interesses das pessoas no exercício do seu direito de ir e vir, da coibição de atitudes anti-sociais que produzam congestionamentos -, obstáculos a livre circulação -, além de velar pela prevenção de acidentes, de crimes relacionados com o trânsito, e a garantia da obediência às normas relativas à segurança de trânsito, assegurando a livre circulação sem acidentes. Portanto, as técnicas de policiamento, através do trabalho preventivo, visam atingir o objetivo da livre circulação e a erradicação de situações de risco e acidentes de trânsito, orientação aos usuários (inclusive pedestres), assistência na ocorrência de incidentes de trânsito, prestação de

socorro em casos de acidentes e preservação dos direitos patrimoniais dos envolvidos em acidentes.

Esse papel é exercido com base nas regras relativas à segurança de trânsito, estabelecidas pela legislação em vigor, razão pela qual avulta a importância do policial militar, empregado no policiamento de trânsito, conhecer o ordenamento jurídico do direito de trânsito.

Sendo assim, o policiamento e fiscalização de trânsito nas vias urbanas e rodovias estaduais (exceto as rodovias federais), é competência da polícia militar, devendo para tanto que esta firme convênio com o órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários.

Pode-se afirmar então que, os integrantes do Batalhão de Polícia Rodoviária além da missão e competência peculiar a toda a Polícia Militar, são também agentes de autoridade de trânsito executivo rodoviário em todo o Estado da Bahia, competentes para atuarem nas atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento das rodovias estaduais, que atuam sob a jurisdição do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia.

É neste contexto que, a Polícia Militar da Bahia se destaca por possuir, entre as suas Organizações Policiais Militares, o Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, o qual é responsável pelo policiamento ostensivo de trânsito rodoviário nas estradas estaduais.

### **3.1.4 Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual da PMBA**

O BPRv é uma unidade especializada, relativamente nova, voltada para o policiamento das rodovias estaduais. Seus prepostos atuam em diversos postos de fiscalizações para poder garantir a segurança dos usuários em seus deslocamentos.

#### *3.1.4.1 Histórico do BPRv*

A antiga Companhia de Polícia Rodoviária, por força do Decreto Lei nº 7.807, de 18 de maio de 2000, é transformada em Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), nascendo assim uma estrutura maior, especializada em trânsito rodoviário, para atender as demandas sociais da época, de policiamento nas vias estaduais, como logo se vê:

Dispõe sobre a transformação da Companhia de Polícia Rodoviária - CiaPRv em Batalhão de Polícia Rodoviária – BPRv.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e com fundamento no art 105, inciso V, da Constituição Estadual, combinado com o art 8º, da Lei nº 7.251 de 09 janeiro de 1998, D E C R E T A

Art. 1º - Fica transformada, na estrutura da Polícia Militar da Bahia, a Companhia de Polícia Rodoviária CiaPRv” em Batalhão de Polícia Rodoviária " BPRv”, com sede no Município de Salvador-BA, subordinado ao Comando de Policiamento do Interior e com autonomia administrativa.

Art. 2º - Compete ao BPRv exercer a atividade fim atribuída à Polícia Militar, através do Comando de Policiamento do Interior, consoante o disposto no art 1º, inciso I, da Lei nº 7.251, de 09 de janeiro de 1998.

Art. 3º - O BPRv terá a mesma organização prevista para os Batalhões de Polícia Militar da Região do Interior e efetivo constituído de acordo com o Quadro de Organização (QO-4)

[...]. (BAHIA, 2000)

Com a criação de uma unidade maior, a atuação se potencializa para todo o Estado da Bahia e se especializa a atividade de policiamento nas estradas estaduais, isto é, se constroi a missão do BPRv.

#### 3.1.4.2 *Missão do BPRv*

De acordo o artigo 37º da Legislação, Jurisprudência e Normas Gerais, às unidades operacionais especializadas cabem executar o policiamento ostensivo de sua especialidade, como se vê logo abaixo:

Art. 37 - Às Organizações Operacionais Especializadas da Polícia Militar, Batalhões, Esquadrões e Companhias Especializados, competem a execução das missões de polícia ostensiva dentro de suas especialidades, com atuação em todo o Estado.

[...]

§ 3º - Ao Batalhão de Polícia Rodoviária e às Companhias Independentes de Policiamento Rodoviário competem a execução das missões de policiamento de trânsito nas rodovias estaduais e nas rodovias federais delegadas.

(BAHIA, 2013).

Assim sendo, a missão primordial do BPRv é de realizar o policiamento ostensivo de trânsito rodoviário nas rodovias baianas, além de prestar segurança aos usuários das rodovias; auxiliando-os na orientação do trajeto e dando suporte em caso de acidente; além disso, atuar na prevenção e enfrentamento de crimes.

#### 3.1.4.3 *Estrutura Organizacional e áreas de responsabilidade do BPRv*

A estrutura atual do BPRv é formada por seis companhias orgânicas, seis Companhias de Polícia Rodoviária (Cia PRv), que totalizam 587 ( quinhentos e oitenta e sete) policiais

militares, além do Comando e das Coordenações de Planejamento Operacional, Apoio Administrativo e Financeiro, os quais, juntos fecham 112 (cento e doze) policiais militares. Portanto, o total geral fica em 699 (seiscentos e noventa e nove) policiais rodoviários estaduais, havendo, como pode ser observado um déficit de 101 (cento e um) policiais uma vez que pelo seu quadro organizacional há a previsão para 800 (oitocentos) integrantes, conforme pode ser visto no “**Quadro 2 - Quadro Organizacional do BPRv**” abaixo, que ilustra sua estrutura).

**Quadro 2 - Quadro Organizacional do BPRv**

BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA	POSTOS E GRADUAÇÕES										SOMA
	QOPM				QOAPM		PRAÇAS				
CARGOS	TC	MAJ	CAP	TEN	CAP	TEN	ST	SGT	CB	SD	
a. Comando	1									2	3
b. Subcomando		1								2	3
c. Coordenação de Apoio Administrativo, Financeiro e Licitações		1	1				1	2		2	7
c.1 Seção de Recursos Humanos, Secretaria e Protocolo			1	2				1		2	5
c.2 Seção de Gestão Orçamentária, Financeira e Licitações			1	1		1		1		1	5
c.3. Seção de Material e Patrimônio, Serviços e Segurança						1	1	4	4	16	27
c.4 Setor de Transportes						1		1		1	3
c.5. Seção de Qualidade e Telemática			1	1				1		1	4
d. Corregedoria Setorial e Ouvidoria			1	1				1		1	4
e. Setor de Missões Especiais			1	1				1		2	5
f. Coordenação de Planejamento Operacional e Instrução		1						1		1	3
f.1. Seção de Planejamento Operacional e Instrução			1	1		1	1	1		1	6
f.2. Seção de Acompanhamento Operacional, Avaliação e Estatística			1	1				1		1	4
g.1. Companhias e Pelotões de Policiamento			1	1			1	10	1	104	121
g.2. Companhias e Pelotões de Policiamento			1	1			1	10		104	120
g.3. Companhias e Pelotões de Policiamento			1	1			1	10		104	120
g.4. Companhias e Pelotões de Policiamento			1	1			1	10		104	120
g.5. Companhias e Pelotões de Policiamento			1	1			1	10		104	120
g.6. Companhias e Pelotões de Policiamento			1	1			1	10		104	120
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>32</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>70</b>	<b>10</b>	<b>656</b>	<b>800</b>

Fonte: Legislação, Jurisprudência e Normas Gerais (LJNG)<sup>1</sup> (2013, p. 445)

<sup>1</sup> LJNG é um instrumento que torna público no âmbito interno da PMBA normas, determinações e outros assuntos da administração.

As Cias PRv são responsáveis pelo policiamento especializado em trânsito rodoviário nas rodovias estaduais e federais delegadas da região, como se vê, logo abaixo:

- (1) **A 1ª Cia PRv**, com sede em Simões Filho, precisamente no Km 11 da BA-093, em Palmares, é responsável pelo policiamento especializado em trânsito rodoviário nas rodovias estaduais: BA-093, BA-099, BA-233, BA-396, BA-504, BA-505, BA-507, BA-512, BA-518, BA-519, BA-524, BA-526, BA-528, BA-529, BA-531, BA-535, BA-782; bem como pelas federais delegadas da região: a BR-349 e BR- 420.

A área coberta pela 1ª Cia PRv inclui os municípios de: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Camaçari, Cardeal da Silva, Catu, Cipó, Conde, Crisópolis, Dias D'Ávila, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicurú, Jandaíra, Lauro de Freitas, Nova Soure, Olindina, Pojuca, Ribeira do Amparo, Rio Real, Salvador, São Sebastião do Passé, Sátiro Dias, Simões Filho, Teodoro Sampaio e Terra Nova; e conta com um efetivo de 188 (cento e oitenta e oito) policiais militares.

- (2) Por sua vez, a **2ª Cia PRv**, com sede na cidade de Jacobina, precisamente na BA 368, Km 10, é responsável pelas rodovias estaduais: BA-046, BA-052, BA-120, BA-131, BA-142, BA-144, BA-148, BA-220, BA-225, BA-368, BA-369, BA- 370, BA-375, BA-381, BA-383, BA-417, BA-419, BA-421, BA-422, 9, BA-424, BA-427, BA-429, BA-431, BA-432, BA-433, BA-434, BA-435, BA-438, BA-479, BA-480, BA-483, BA-485, BA-791, BA-800, BA-801, BA-802, BA-845, BA-849, BA-851, BA-855, BA-856 e BA-857 bem como pelas federais delegadas, a BR-122, BR-324( trecho BA-131-Capim Grosso), BR-407 e BR-410.

A área da 2ª Cia PRv abrange os municípios de: América Dourado, Andorinhas, Antonio Gonçalves, Araci, Barra do Mendes, Barro Alto, Bonito, Caém, Cafarnaum, Caldeirão Grande, Campo formoso, Canarana, Cansanção, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Central, Filadélfia, Gavião, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibiquera, Ibititá, Ipupiara, Iraquara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Itiúba, Jacobina, Jaguarari, João Dourado, Jussara, Lajedinho, Lapão, Lenções, Nairi, Miguel Calmon, Mirangaba, Monte Santo, Morro do Chapeu, Mulungu do Morro, Nordestina, Ourorândia, Palmeiras, Pindobaçu, Piritiba, Ponto Novo, Presidente Dutra, Queimadas, Quinjigue, Quixabeira, Rui Barbosa, São Gabriel, São José do Jacuípe, Saúde, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrolândia, Souto Soares, Tucano, Uibai, Umburanas, Utinga, Varzea da Roça, Varzea

---



do Poço, Varzea Nova e Wagner; os quais contam com efetivo composto por 76 (setenta e seis) policiais militares.

- (3) A **3ª Cia PRv**, com sede em Feira de Santana-BA, precisamente na BR-116, onde funciona a sede da 2ª Residência do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DER-BA), é responsável pelas rodovias estaduais: BA-156, BA-160, BA-161, BA-172, BA-225, BA-351, BA-447, BA-449, BA-451, BA-455, BA-458, BA-459, BA-460, BA-461, BA-462, BA-463, BA-464, BA-465, BA-466, BA-576, BA-582, BA-583, BA-594, BA-601, BA-827, BA-839, BA-840, BA-841 e BA-927; bem como pelas federais delegadas: a BR-349 e BR-420.

Sua área abrange os municípios de: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Aramari, Baixa Grande, Barrocas, Biritinga, Cabaceiras do Paraguaçu, Aramari, Baixa Grande, Barrocas, Biritinga, Cachoeira, Candeal, Candeias, Coceição de Feira, Conceição do Coité, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Iaçú, Ichu, Ipacaetá, Ipirá, Irará, Lamarão, Macajuba, Madre de Deus, Maragojipe, Mundo Novo, Muritiba, Nova Fátima, Ouriçangas, Pé de Serra, Pedrão, Pintadas, Rafael Jambeiro, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Barbara, Santa Luz, Santanópolis, Santo Amaro, Santo Estevão, São Domingos, São Felix, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, Saubara, Serra Preta, Serrinha, Tanquinho, Tapiramutá, Teofilândia e Valente; esse efetivo é composto por 183 (cento e oitenta e três) policiais militares).

- (4) Já a **4ª Cia PRv**, com sede em Juazeiro-BA, é responsável pelas rodovias estaduais: BA-084, BA-120, BA-144, BA-161, BA-210, BA-220, BA-305, BA-310, BA-311, BA-314, BA-316, BA-320, BA-386, BA-387, BA-388, BA-390, BA-391, BA-392, BA-393, BA-404, BA-706, BA-722, BA-723 e BA-752; bem como pelas federais delegadas: as BR-235 e BR-324 (Remanso – Divisa BA/PI).

A sua área abrange os municípios de Abaré, Adustina, Antas, Banzaé, Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Chorrochô, Cícero Dantas, Coronel João Sá, Curaçá, Euclides da Cunha, Fátima, Glória, Heliópolis, Jeremoabo, Juazeiro, Macururê, Novo Triunfo, Paripiranga, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pilão Arcado, Remanso, Ribeira do Pombal, Rodelas, Santa Brígida, Santo Sé, Sítio do Quinto, Sobradinho e Uauá. Efetivo composto por 26 (vinte e seis) policiais militares.

- (5) A **5ª Cia PRv**, com sede em Santo Antonio de Jesus-BA, situada na BA 046, Km 28, é responsável pelas rodovias estaduais: BA-001, BA-026, BA0046, BA-120, BA-250, BA-493, BA-495, BA-496,BA-532, BA-534, BA-539, BA-540, BA-542, BA-544, BA-550, BA-553, BA-652,BA-868, BA-882, BA-883, BA-884, BA-885, BA-886, BA-887; bem como pelas federais delegadas: as BR-242 e BR-42.

A sua área abrange os municípios de Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cairu, Camamu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Eslísio Medrado, Gandu, Igrapiúna, Itaparica, Itatim, Ituberá, Jaguaripe, Jequiriçá, Laje, Maraú, Milagres, Muniz Ferreira, Mutuípe, Nazaré, Nilo Peçanha, Nova Itarana, Piraí do Norte, Presidente Trancredo Neves, Salinas das Margarinas, Santa Terezinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Taperoá, Ubaíra, Valença, Varzedo e Vera Cruz. Para execução de suas atividades específicas esta companhia conta com o efetivo de 74 (setenta e quatro) policiais militares.

- (6) Por seu turno, a **6ª Cia Tático Ostensivo Rodoviário (TOR)**, tem a sua sede no município de Costa do Sauipe, situada na BA 099. A sua área de atuação é abrangente, isto é, atua em qualquer região sob a responsabilidade do Batalhão de Polícia Rodoviária. Na realidade, o TOR é responsável pelo policiamento tático em toda área de atuação do BPRv, além da sede administrativa, onde se localiza o Comando e as Coordenações de Planejamento Operacional, Apoio Administrativo e Financeiro. È uma tropa de reação sendo composta por 40 (quarenta) policiais militares.

Finda a apresentação do terceiro capítulo deste estudo, apresenta-se no próximo capítulo a análise e discussão dos dados e das informações, levantadas nas entrevistas e questionários, a amostra aleatória do BPRv, com o intuito de robustecer a temática deste feito acadêmico.

#### 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são feitas considerações sobre a análise e interpretação dos resultados, antes, porém, deliencia-se o percurso metodológico para robustecer o trabalho.

Assim sendo, o desenho metodológico utilizado neste trabalho monográfico foi consolidado com as seguintes opções: **dedutivo** no tocante a escolha do método porque se partiu do geral para o particular, como diz Rodrigues (2011, p. 140) “ é um processo de raciocínio que de princípios e proposições gerais ou universais chega a conclusões menos universais ou particulares; **descritivo**, quanto aos objetivos pretendidos já que descreve situações reais, descreve fenômenos; **transversal**, no que tange ao momento da coleta/levantamento de dados/informações, por ter sido feita em um único momento, no caso em outubro do ano de 2016, na cidade de Salvador. Esta pesquisa ainda caracteriza-se por ser não experimental, no que diz respeito a manipulação das variáveis além de bibliográfica porque o trabalho também foi desenvolvido a partir de fontes secundárias ao tempo em que documental porque se utilizou documentos que ainda não receberam tratamento analítico e de campo já que se coletou informações “ em campo”, como bem comenta Rodrigues (2011). No que diz respeito a **abordagem de pesquisa**, à opção foi por uma pesquisa qualitativa/quantitativa já que em um dado momento se usou de recursos e técnicas estatísticas e em um outro não foram utilizados devido a complexidade da abordagem em questão. Diante dos ditames do próprio tipo da pesquisa, o autor teve de buscar o que se fora publicado sobre a temática de Educação à Distância e trabalhar com documentos da Corporação Policial Militar sobre o histórico de criação do Batalhão de Polícia Rodoviária e sua estruturação para policiar as rodovias estaduais além de coletar informações em campo, no caso, nas dependências, diretamente com os policiais militares eleitos como amostras com o aporte de questionários bem como em paralelo foram entrevistado o comandante do BPRv e os das Cias PRv, para trazer informações significativas sobre a necessidade de qualificação e pela modalidade a distancia ao presente trabalho.

Como bem explicitado por Rodrigues (2011) o questionário é um instrumento de coleta de dados/levantamento de informações que deve ser elaborado em linguagem simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado enquanto a entrevista é uma técnica em que o pesquisador obtém os dados diretamente de certas pessoas, dados que não podem encontrar em registros e fontes documentárias.

Assim, se tornou possível aprofundar a análise do depoimento dos policiais militares quanto a importância da EaD, isto porque é real a distância entre as companhias e pelotões de policiamento da sede do BPRV, conforme foi visto no capítulo anterior: em Simões Filho (1ª Cia PRv); Jacobina (2ª Cia PRv); Feira de Santana (3ª Cia PRv); Juazeiro (4ª Cia PRv); Santo Antônio de Jesus (5ª Cia PRv); e, Costa de Saúpe (6ª Cia PRv - TOR).

#### 4.1. COLETA DE DADOS / LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Objetivando analisar a importância da EaD na qualificação dos policiais militares rodoviários na Bahia, inicialmente foi feita uma entrevista com o Oficial Comandante do BPRv (vide formulário de entrevista semi-estruturada, disponível no **Apêndice A** - Entrevista ao Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual da PMBA, na página 86. Nesta entrevista, o Comandante foi questionado sobre:

- (1) Quais seriam as ações a serem desenvolvidas pelo BPRv para capacitar e requalificar seus subordinados, lotados nos postos de fiscalização das rodovias estaduais;
- (2) Se seria possível promover uma educação continuada, através da realização de cursos presenciais regulares aos policiais militares, mesmo aqueles lotados em postos de fiscalização mais afastados da sede da OPM, voltados a atividade de policiamento rodoviário e aos componentes do Batalhão;
- (3) Se ele tinha conhecimento de que o AVA da Secretaria Nacional de Segurança Pública oferta diversos cursos a distância para os profissionais que envolvidos com a atividade de segurança pública. E, em caso positivo, qual deles seriam importante para a capacitação dos policiais militares atuantes na área do policiamento rodoviário;
- (4) Se ele seria a favor de que os seus subordinados se inscrevessem e fizessem os cursos oferecidos a distância no AVA da SENASP, em particular, os voltados para atividades de policiamento rodoviário, como por exemplo, o de Capacitação e Educação para o Trânsito e o de Fiscalização Interestadual de Transporte de Passageiros e se deveria haver uma política de incentivo para a participação dos seus subordinados nos cursos específicos de policiamento em rodovias e respectivo acompanhamento;
- (5) Se, ele acredita que, a educação continuada à distância através do AVA da SENASP, realmente prepara o policial rodoviário para os desafios que se descortinam nas estradas estaduais, e se, poderia existir uma influência direta dos cursos realizados no

serviço prestado pelo policial rodoviário estadual e quais os ganhos reais de produtividade na operacionalidade do BPRv, com a participação dos policiais nos cursos à distância voltados para atividade de policiamento em rodovias, ao tempo em que poderia haver uma forma de avaliação que comprovasse a melhoria dos policiais após a realização dos cursos.

Dando continuidade ao levantamento de informações para compreender a importância da EaD na qualificação dos policiais militares rodoviários na Bahia, foram feitas entrevistas aos Comandantes das Companhias de Polícia Rodoviária (vide **Apêndice B** - Entrevista aos Comandantes de Companhias do Batalhão de Polícia Rodoviária da PMBA, página 89). De maneira geral as mesmas perguntas foram elaboradas e feitas a esses comandantes.

Ainda com o intuito de compreender a importância da EaD na qualificação dos policiais militares rodoviários na Bahia, foram ouvidos os policiais militares do BPRv (vide **Apêndice C** - Questionário aos Policiais Militares lotados no Batalhão de Polícia Rodoviária, página 91), desta vez, através do instrumento de pesquisa: questionário estruturado, com perguntas objetivas. De maneira geral a intenção era identificar a opinião dos questionados quanto aos cursos oferecidos pela plataforma virtual da SENASP, no que tange a ser uma alternativa para qualificação, capacitação e proficiência de sua atuação em um campo específico que é o policiamento nas rodovias.

Nesse quesito, a amostra foi composta por policiais militares baianos, sendo mais específico, através de amostra acidental, 21 (vinte e um) policiais militares que trabalham na área de responsabilidade do BPRv, conforme anteriormente mencionado.

As perguntas abrangiam:

- (1) A graduação, ou posto, e tempo de serviço na Corporação;
- (2) Tempo de serviço no BPRV;
- (3) Se durante a sua permanência no BPRv o comando da OPM ofertou cursos presenciais com regularidade, seja na sua sede, companhia, pelotão ou destacamento, voltados a atividade de policiamento nas rodovias;
- (4) Seu conhecimento sobre o AVA da SENASP;
- (5) Se fez algum dos cursos dentre os 74 ( setenta e quatro) ofertados;
- (6) Se o curso feito estaria correlacionado com as atividades desenvolvidas pelo BPRv;
- (7) Se teria condição de indicar entre esses cursos o que seria mais importante para sua capacitação como policial militar atuante na área de policiamento rodoviário;

- (8) Qual seria a origem do seu conhecimento específico para atuar em rodovias;
- (9) Se entenderia a requalificação e renovação de conhecimento através de cursos específicos como necessária para a atuação efetiva do policial militar nas rodovias estaduais;
- (10) Qual sua opinião sobre os cursos oferecidos à distância pela SENASP;
- (11) Se, em algum momento, no desempenho da sua atividade nas rodovias sentiu a necessidade de se requalificar e/ou recapacitar para atuar com maior segurança e proficiência;
- (12) Entendendo a requalificação, o aperfeiçoamento, a recapacitação como necessárias, que tipo de modalidade de curso preferia fazer.

Entrevistas e questionários aplicados, foi feita a apuração, considerando as perguntas como categorias de análise, e, as respostas como itens para a contagem de frequência. Assim se chegou aos resultados, que são apresentados nas próximas seções, em forma de tabelas ou gráficos.

A interpretação das informações levantadas através dos instrumentos acima referidos, aconteceu com base no significado quantitativo dos resultados. Através da articulação das respostas levantadas com o referencial teórico investigado tornou possível refletir sobre a importância dos cursos oferecidos no AVA da SENASP, para melhoria na prestação de serviço pelo policial militar pertencente ao BPRv.

Assim sendo, apresenta-se nas próximas seções os resultados obtidos nos levantamentos mencionados.

#### 4.2. RESULTADO DA ENTREVISTA COM O COMANDANTE DO BPRv DA PMBA

A entrevista com o Tenente Coronel PM Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária da PMBA, deixou claro que pela especificidade da missão exercida, possui em sua OPM um Núcleo de Educação Continuada e a ação dos Comandantes de Cia PRv dos postos de fiscalização mais distantes, para promover regulamente os cursos de capacitação, instrução e reciclagem na área de Legislação de Trânsito, Tiro Policial, Abordagem Policial – essenciais para a atividade que desenvolvem -, através de planejamento próprio e de intervenção presencial.

Esta autoridade ainda informou que, mesmo nos postos de fiscalização mais afastados da sede da OPM, é possível realizar cursos presenciais voltados a atividade de policiamento rodoviário aos componentes do Batalhão, inclusive com manutenção periódica como o de legislação de trânsito, tiro policial, abordagem policial.

Ressaltou ainda que, os próprios comandantes de companhias destacadas são os responsáveis locais pela gestão dos cursos e sua logística. Que os policiais militares participantes dos treinamentos e instruções ficam afastados do serviço operacional até a respectiva finalização destes. Quanto ao AVA da SENASP asseverou que, os cursos na respectiva plataforma podem ser úteis aos policiais militares do BPRv, principalmente aqueles direcionados a identificação veicular, os de trânsito, formação de condutores, abordagem policial, dentre os que são direcionados a parte policial.

E além disso, que apoia todas as iniciativas de crescimento e capacitação dos profissionais fornecidas pelas diversas plataformas existentes, principalmente as plataformas oficiais e institucionais, como é o caso, da plataforma na qual a SENASP oferece cursos a distância concomitantemente. Reforçou somente que, através da formação profissional o servidor público pode melhorar os serviços prestados aos cidadãos usuários das rodovias estaduais e federais delegadas; e ressaltou que, as plataformas de EaD são ferramentas positivas com o propósito de capacitar o policial militar que atua através do policiamento especializado em trânsito.

Quanto a considerar a possibilidade de influência dos cursos realizados na prestação do serviço por parte do policial militar e ganhos reais de produtividade na operacionalidade do BPRv, o comandante afirmou que os policiais militares que receberam o curso presencial de legislação de trânsito puderam atuar eficientemente durante a fiscalização de trânsito. Situação que é percebida através dos números das ações e intervenções policiais e durante a aplicação da legislação prevista no Código Brasileiro de Trânsito, com o aumento da produtividade. Quanto as plataforma do cursos a distância seria necessário fazer um experimento, porém acredita que essas ações tendem a melhorar o serviço prestado pelos policiais militares do BPRv.

Percebe-se, portanto, que há uma aceitação das plataformas de cursos a distância por parte do comandante do BPRv, principalmente se for institucionalizado para a capacitação de seus subordinados, até porque para esta autoridade os cursos seriam úteis principalmente aqueles direcionados a identificação veicular, os de trânsito, formação de condutores, abordagem policial e por certo melhorariam o serviço prestado pelo seu subordinado policial

militar. Entretanto, ressaltou que quanto ao ganho de produtividade e da melhoria na prestação de serviços em consequência da realização do curso a distância seria necessário à feitura de um experimento para se constatar a efetividade.

Após a exposição do entendimento do Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária quanto a qualificação de policiais militares através do AVA da SENASP, tornar-se oportuno vislumbrar as respostas dadas pelos comandantes de companhias para viabilização ou não do AVA para construção do conhecimento dos seus subordinados para melhor efetividade do serviço prestado pelos PM nas rodovias estaduais.

#### 4.3. RESULTADO DA ENTREVISTA COM OS COMANDANTES DE COMPANHIAS DO BPRV

As entrevistas junto aos comandantes das Companhias do BPRV deixaram claro que eles adotam ações que promovem a capacitação e requalificação dos seus subordinados, para atuarem nas rodovias estaduais, ao aprovarem em suas sedes cursos de trânsito, bem como ao incentivarem seus subordinados a se inscreverem voluntariamente, e fazerem os cursos oferecidos à distância, em particular os da SENASP, os de interesse da PMBA, e os voltados para a atividade de policiamento rodoviário, como bem mencionou um dos entrevistados: de que há “[...]propostas de capacitações teóricas e práticas, através da promoção de cursos específicos que tragam horizontes norteadores de abordagens policiais e de trânsito, conjuntamente.”

Quando questionados de quais seriam os cursos mais importantes para os policiais militares atuantes na área do policiamento rodoviário oferecidos pela plataforma do AVA da SENASP, responderam que:

- (1) Os de Busca e Apreensão;
- (2) Capacitação e Educação para o Trânsito;
- (3) Condutores de Veículos de Emergência;
- (4) Fiscalização do Excesso de Peso;
- (5) Identificação Veicular;
- (6) Primeiros Socorros;
- (7) Mediação de Conflitos;
- (8) Preservação do Local de Crime e Resolução de Conflitos Agrários.



Ressaltaram que são favoráveis ao ingresso dos prepostos da companhia em cursos de capacitação voltados para o labor policial rodoviário, para o respectivo crescimento técnico profissional de cada subordinado. Reforçaram ainda que, existem políticas de incentivo por parte do Comando do Batalhão para a qualificação e capacitação de cada subordinado: “[...] o comando tem se esforçado para garantir ao menos uma atualização do seu corpo operacional promovendo instruções de realinhamento em todo o Batalhão Rodoviário.” Entretanto, apontaram que, a carência de efetivo frente à demanda de serviços tem sido uma balança desfavorável à consecução de tais objetivos.

Quando arguidos sobre a real preparação do policial rodoviário para os desafios que se descortinam nas estradas estaduais em decorrência de uma educação continuada, à distância, pelo AVA da SENASP, responderam que entendem, na medida do seu alcance, os cursos fornecidos nesta plataforma como embasamento técnico-teórico da disciplina estudada, ficando o PM encarregado de robustecer a parte prática no desenrolar de seu serviço. Portanto, que “[é] um primeiro e importante passo nesse sentido, porém, [propõe-se] o alinhamento dele com a prática numa resposta continuada em razão da complexidade deste atuar profissional.” Afirmaram ainda que, percebem haver, por parte de cada policial militar que realizou curso no ambiente virtual, uma melhoria na compreensão do que se relaciona com o trânsito.

Os ganhos de produtividade são visto através da melhoria no atendimento ao público e nas medidas tomadas pelos PM no desenvolvimento do serviço, sem um controle específico para comprovar os ganhos reais de produtividade. Como foi dito, por um dos entrevistados: “[...] não [há] como mensurar essa influência, mas ela existe certamente, vez que toda a capacitação/atualização resulta na prestação de um melhor serviço; mais técnico e consequentemente atingiremos êxito no total do grupo.”

Deixaram claro também que, são favoráveis e motivam seus subordinados a participarem dos cursos oferecidos pela rede SENASP, para o devido crescimento técnico profissional especialmente os cursos específicos de trânsito e pertinentes a legislação como Busca e Apreensão, Capacitação e Educação para o Trânsito, Condutores de Veículos de Emergência, Fiscalização do Excesso de Peso, Identificação Veicular e correlacionados a atividade policial como: os Primeiros Socorros, Mediação de Conflitos, Preservação do Local de Crime e Resolução de Conflitos Agrários. Entendem como necessário alinhar o que for apreendido no AVA à prática no dia a dia durante a execução do serviço em “[...] razão da complexidade do atuar profissional.” E que há uma percepção de melhoria no atendimento

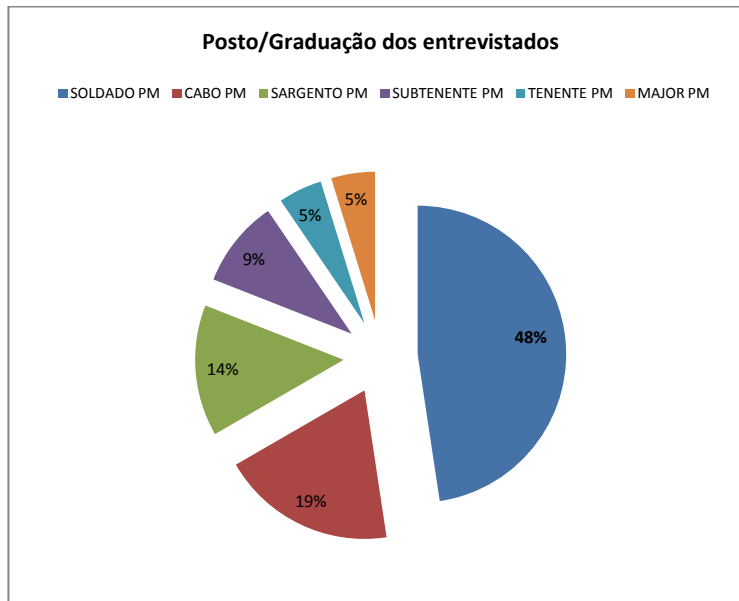
prestado pelo policial militar, quando enriquecidos de conhecimentos advindos de um curso a distância ofertado pela plataforma da SENASP, mas não há um mecanismo para averiguar a real influência e daí pontuar ganhos reais na produtividade. Diante de posicionamentos positivos ser o AVA da SENASP um meio para construção do conhecimento e por consequência qualificação dos profissionais lotados no BPRv, torna-se imprescindível revelar os resultados obtidos através do questionário aplicado a amostra da tropa do Batalhão responsável em policiar as rodovias, conforme se vê logo em seguida.

#### 4.4. RESULTADO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS MILITARES LOTADOS NO BPRv

Constatou-se -, após análise do “Gráfico 1 - Posto/Graduação dos entrevistados” (vide abaixo) - que, quando os entrevistados foram questionados a respeito do seu posto, e/ou graduação na PMBA:

- 48% (quarenta e oito por cento) dos entrevistados são Soldados PM;
- seguidos de 19% (dezenove por cento) de Cabos PM;
- 14% (quatorze por cento) de Sargento;
- 9% (nove por cento) de Subtenentes;
- 5% (cinco por cento) de Tenentes PM;
- e 5% (cinco por cento) de Major PM.

Observa-se com essas respostas a diversidade quanto à graduação e aos postos, o que de fato comprova a importância desta pesquisa, ao se obter diferentes vivências de acordo com a atividade exercida. Ademais, comprova também que o Soldado PM é o elemento de ponta da operacionalidade e será o que desenvolverá na prática a atividade de policiamento ostensivo rodoviário.

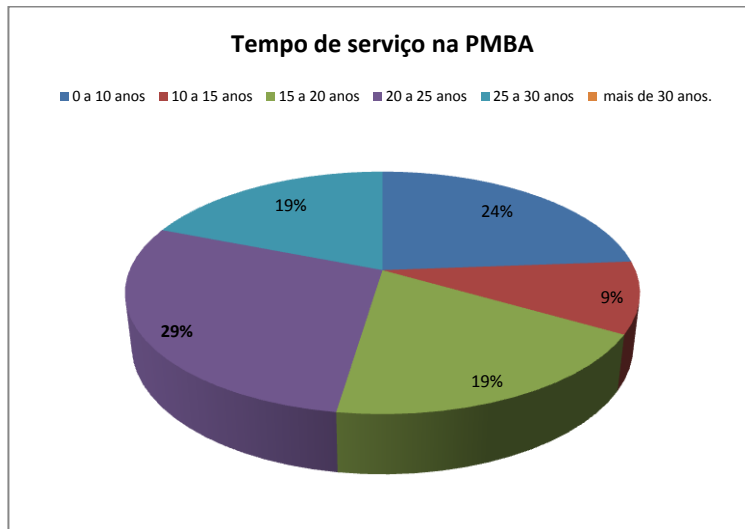
**Gráfico 1** – Posto/Graduação dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

De acordo com análise do Gráfico 2 (vide **Gráfico 2** – Tempo de serviço na PMBA, abaixo), ao serem questionados quanto ao seu tempo de serviço na instituição constatou-se que:

- 29% (vinte e nove por cento) dos entrevistados estão com a frequência entre 20 a 25 anos de serviço;
- 24% (vinte e quatro por cento) entre 0 a 10 anos de serviço;
- 19% (dezenove por cento) entre 15 a 20 anos de serviço;
- 19% (dezenove por cento) entre 25 a 30 anos;
- e 9% (nove por cento) entre 10 a 15 anos de serviço..

Tal resposta mostra que, pelo tempo de serviço foi possível perceber que a experiência da tropa, diante do tempo de serviço, pode comprovar também que existe uma vivência equivalente a este tempo, e ainda que estes PMs já passaram por dificuldades/ocorrências comuns a sua profissão. O resultado sinaliza também que é uma tropa que ainda terá condições de assimilar novas informações e por certo novos conhecimentos referentes ao policiamento rodoviário estadual.

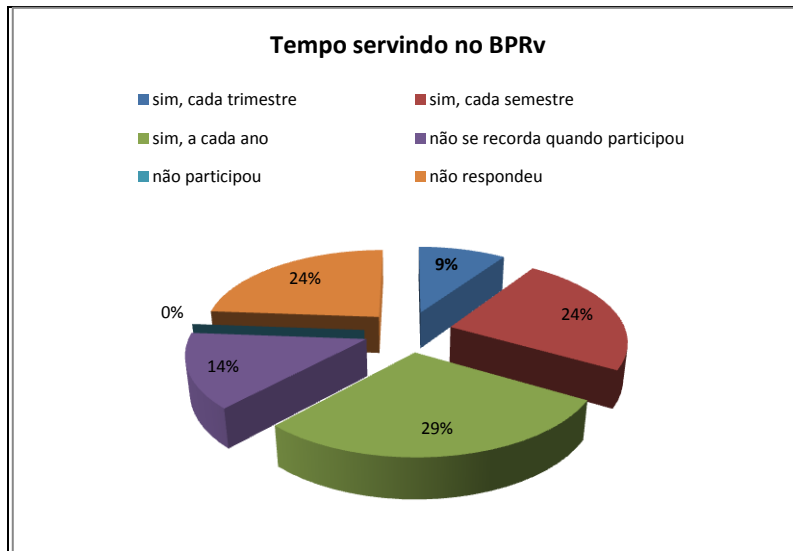
**Gráfico 2** – Tempo de serviço na PMBA

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016)

Em consonância com o **Gráfico 3** – Tempo servindo no BPRv (vide abaixo), as respostas ao questionamento quanto ao tempo servindo no BPRv da PMBA, mostraram que:

- 43% (quarenta e três por cento) possuem entre 0 a 3 anos de tempo de serviço no BPRv;
- 24% (vinte e quatro por cento) tem mais de 12 anos servindo na OPM;
- 19% (dezenove por cento) entre 6 a 9 anos;
- 9% (nove por cento) entre 03 a 06 anos;
- 5% (cinco por cento) entre 09 a 12 anos..

As respostas reforçaram que, há renovação da tropa mediante movimentações internas, atinentes a própria estrutura da PM, fazendo-se presente nos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios do Estado, anteriormente citados. A renovação da tropa acaba sendo imposta também pela transferência do PM ativo para reserva remunerada - situação que passa a compor o efetivo inativo, desde que alcance o tempo mínimo exigido para a sua aposentadoria de acordo com o Estatuto Policial Militar que rege o transpasse para inatividade.

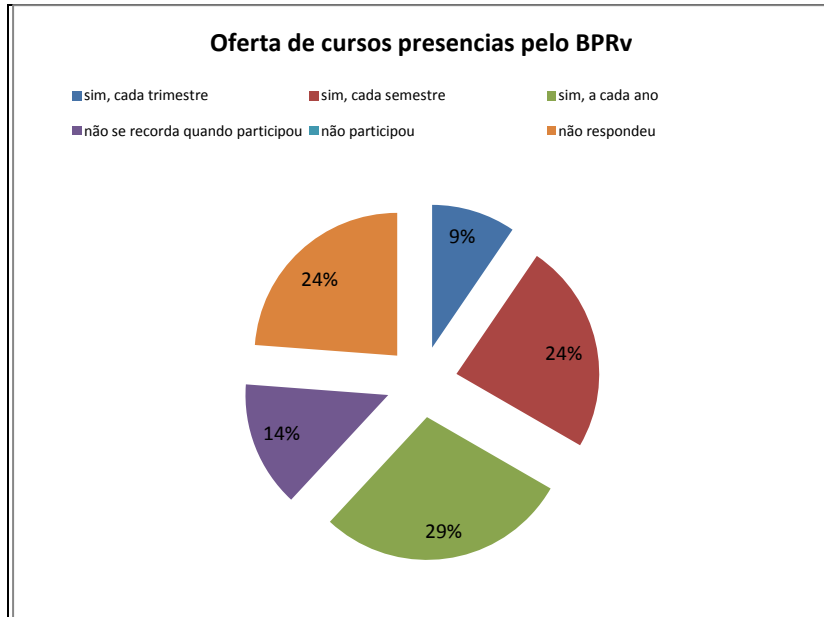
**Gráfico 3** – Tempo servindo no BPRv

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016)

Ao serem questionados sobre a oferta regular de cursos presenciais na sede do Batalhão, Companhia, ou pelotão voltados a atividade de policiamento nas rodovias (vide abaixo: **Gráfico 4** – Oferta de cursos presenciais pelo BPRv):

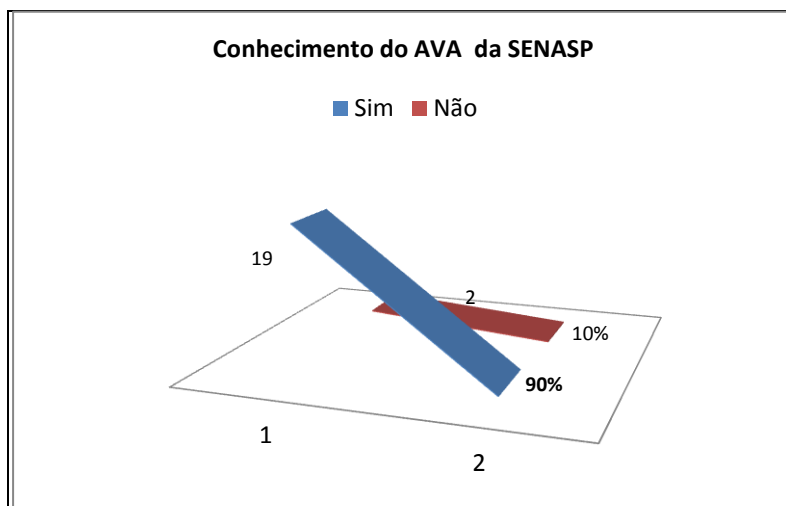
- 29% (vinte e nove por cento) responderam que há sim oferta de cursos presenciais a cada ano;
- 24 % (vinte e quatro por cento) que existe a cada semestre;
- 24% (vinte e quatro por cento) deixaram de responder a questão;
- 14% (quatorze por cento) não se recorda da última vez que participou de um curso presencial;
- 9% (nove por cento) a cada trimestre.

As respostas possuem uma consonância com o que foi dito pelo Comandante do Batalhão Rodoviário que desenvolve cursos presenciais para a sua tropa, devido a especificidade do serviço. Situação esta que também encontra guarida nas respostas dos comandantes de Companhias de Policiamento. A questão de só se ter um curso presencial a cada ano, pode ser transformada para três ou quatro cursos a distância, por ano, com conteúdos atinentes as atividades de policiamento em rodovias ou para atividade ordinária da PMBA, caso se motive e premie aqueles que participem do curso a distância no AVA da SENASP. Com conhecimento adquirido a atuação será proficiente.

**Gráfico 4** – Oferta de cursos presenciais pelo BPRv

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

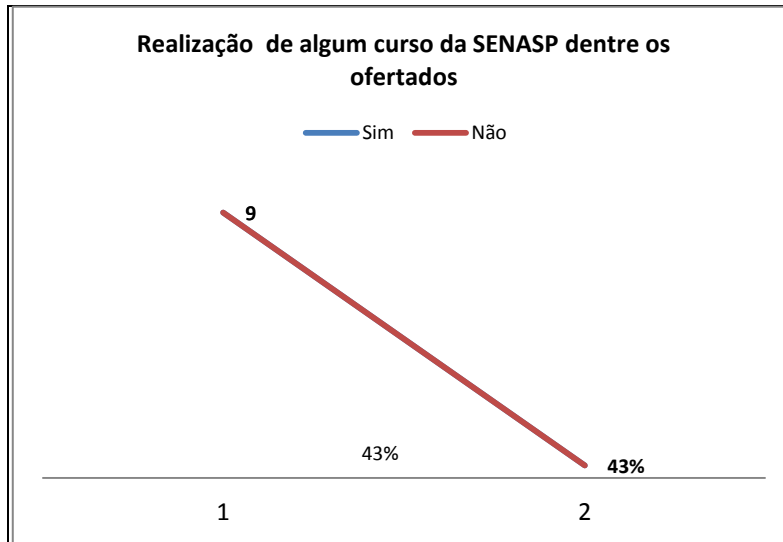
Conforme poderá ser visto no Gráfico 5 abaixo, ao serem questionados se conheciam o ambiente virtual de aprendizagem da SENASP, 90% (noventa por cento) responderam que conhecem esse ambiente de EaD e 10% (dez por cento) que não conhecem. A resposta demonstra a extensão da publicidade dos cursos da SENASP e o seu alcance. Quase todo efetivo questionado conhece o ambiente e, por certo, já poderia ter feito um dos cursos disponibilizados.

**Gráfico 5** – Conhecimento do AVA da SENASP

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quando foi perguntado aos entrevistados se já teriam feito algum curso entre os 74 (setenta e quatro) disponibilizados no AVA SENASP, 76% (setenta e seis por cento) responderam que sim, enquanto 24% (vinte quatro por cento) que ainda não fizeram. Isto está ilustrado no Gráfico 6 abaixo.

**Gráfico 6** – Realização de algum curso dentre os ofertados pela SENASP



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Estas respostas deixaram claro que, o objetivo da criação desse ambiente de EaD foi alcançado, ou seja, houve a participação dos componentes da força pública, em particular, do policial militar. A princípio, como é cediço, havia motivação, mas por ter sido oferecida uma de bolsa formação, acompanhada de gratificação para aqueles que iniciassem os cursos. Esta não foi apenas uma estratégia de publicidade, mas de promoção para a conscientização da necessidade de se buscar por conhecimentos profissionais, (re)qualificação para uma melhor prestação de serviço.

Quando questionados se o curso feito estaria relacionado com as atividades desenvolvidas pelo BPRV, 43% (quarenta e três por cento) responderam que sim, enquanto que, na mesma proporção, 43% (quarenta e três por cento) responderam que não. Já 9% (nove por cento) responderam que fizeram cursos que, de maneira geral, tanto seria de interesse do policial militar quanto voltado para especificidade do policiamento rodoviário; e 5% deixaram de responder esta questão, como poderá ser visto no Gráfico 7 abaixo apresentado. As respostas em empate, mostram de forma uníssona a preocupação do policial militar em se capacitar, isto porque, a ação policial é multifacetada e abrangente o que requer um certo grau

de preparação, ainda mais pertencendo a uma unidade especializada. Fazer parte do BPRV requer capacitação, para a execução de um serviço com proficiência que proteja e assegure o trânsito sem riscos do cidadão nas estradas.

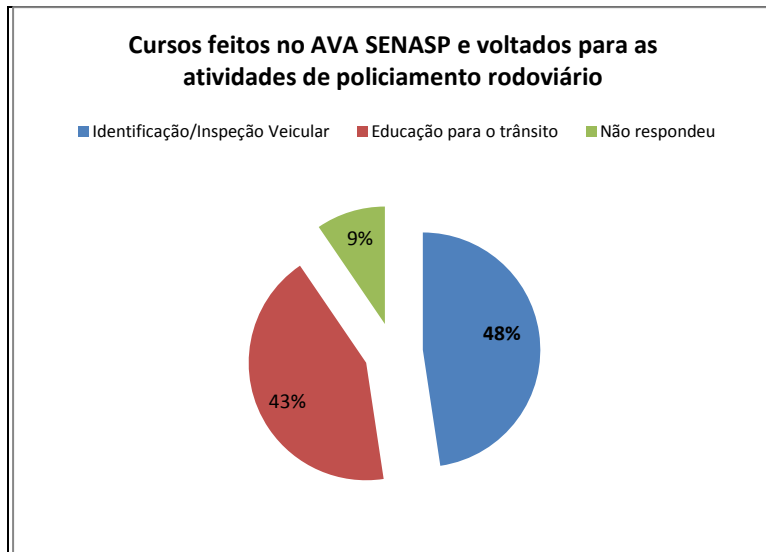
**Gráfico 7** – Curso realizado correlacionado com as atividades desenvolvidas pelo BPRV



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

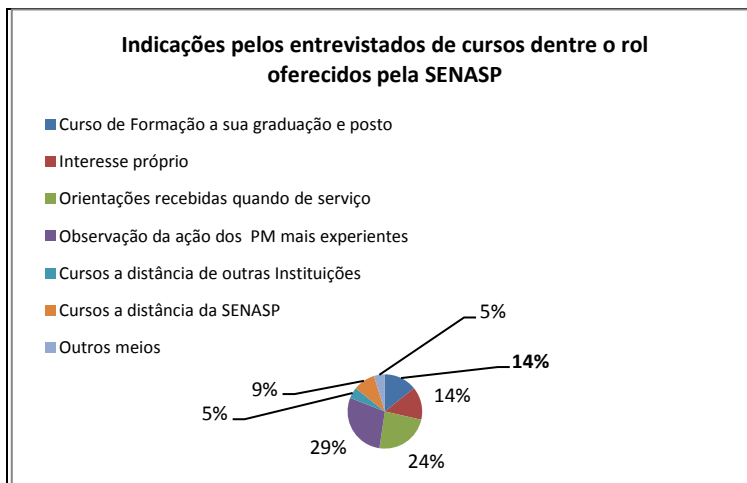
Aqueles que responderam afirmativamente a questão anterior, ao serem questionados sobre qual o curso que fizeram que foi voltado para as atividades executadas pelo BPRV, 48% (quarenta e oito por cento) afirmaram que foi o de Identificação / Inspeção Veicular; 43% (quarenta e três por cento) que foi Educação para o trânsito; e 9% (nove por cento) deixaram de informar (vide Gráfico 8 abaixo). De fato, os cursos mencionados são correlacionados com a atividade específica de policiamento rodoviário. Aqui enfatiza-se que, para a melhor prestação de serviço a comunidade e respectiva qualificação do policial militar rodoviário, os domínios destes conteúdos são essenciais, portanto esses cursos são efetivamente muito importantes.serão .



**Gráfico 8** – Cursos feitos no AVA SENASP e voltados para o policiamento rodoviário

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Conforme ilustra-se no Gráfico 9 abaixo, ao serem questionados se poderiam indicar quais os cursos, dentre os oferecidos pelo AVA da SENASP, que seriam mais importantes para capacitação dos policiais militares atuantes na área do policiamento rodoviário, 43% (quarenta e três por cento) informaram Identificação Veicular; 33% (trinta e três por cento) Educação para o trânsito; 5% (cinco por cento, Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial; 5% (cinco por cento), Preservação de Local de Crime; 5% (cinco por cento), Gerenciamento de Crise; 5% (cinco por cento), Policiamento de Trânsito; e 4% (quatro por cento), Armamento e Tiro.

**Gráfico 9** – Indicação de cursos dentre o rol oferecidos pela SENASP para melhor capacitação do policial rodoviário

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Estes resultados mostram que, sem conhecimento não há capacitação, sem capacitação as decisões e ações se tornam frágeis e débeis. Dessa forma, qualquer profissional sem qualquer conhecimento teórico de sua atividade jamais se sentirá seguro e capacitado para atuar, seja de maneira preventiva ou repressiva, nas rodovias estaduais, em crimes de trânsito e nem mesmo para executar uma atividade de fiscalização.

Ainda é pertinente ressaltar que, há uma correlação entre o que os questionados indicaram e o que os comandantes de companhia do BPRV relataram em suas entrevistas, quanto aos cursos do AVA da SENASP, que seriam mais importantes para seus policiais militares. São estes: Capacitação e Educação para o Trânsito; Identificação Veicular; Preservação do Local de Crime. Os comandantes de Companhia acrescentaram ainda neste rol dos mais importantes os cursos de: Busca e Apreensão; Condutores de Veículos de Emergência; Fiscalização do Excesso de Peso; Primeiros Socorros; Mediação de Conflitos; e Resolução de Conflitos Agrários.

Entretanto, cabe evidenciar que, quanto as respostas dadas nos questionários, tanto das entrevistas, não se localizou o nome do curso como mencionado pelos entrevistados, a saber: Policiamento de Trânsito e Armamento e Tiro. Imperioso se faz ressaltar também que, o curso de Capacitação e Educação para o Trânsito (CET), não está inserido no rol dos cursos ventilados neste trabalho à página 29. Mas, o curso de fato existiu, e, em junho de 2014, dentre as 200 (duzentas) mil vagas ofertadas no Brasil, havia vagas para o CET, voltado mais especificamente para atender a capacitação dos profissionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), que atuavam nas ações e atividades voltadas para educação no trânsito, com a possibilidade de ser aplicado aos profissionais da área de segurança pública e aos administrativos que atuam nessas instituições, como é o caso, dos policiais militares rodoviários estaduais. Espera-se que o curso seja novamente ofertado no calendário de 2017.

Enfatiza-se que, em 2014 SENASP ofertava apenas 71 (setenta e um) cursos enquanto que, atualmente, totaliza-se em 74 (setenta e quatro)<sup>2</sup>. Cabe ainda ventilar que a reforma da grade dos cursos inseriu:

- (1) Análise Criminal 2;
- (2) Convênios, Formalização e Execução 1;
- (3) Docência Virtual;
- (4) Introdução a Atividade de Inteligência;

---

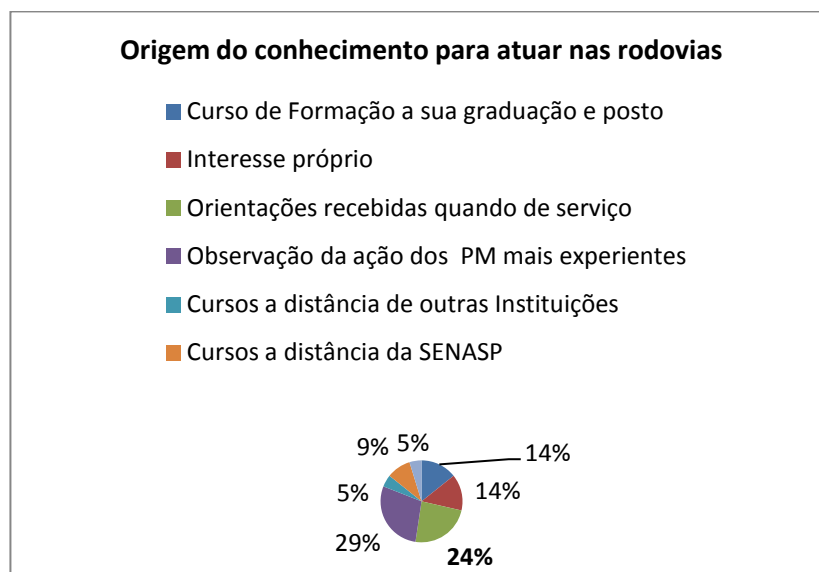
<sup>2</sup> Conforme endereço eletrônico <<http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/editoria-a>>.

- (5) Políticas Públicas de Segurança Pública;
- (6) Metodologia da Pesquisa Científica.

Além disso, foram redesenhados e/ou renomeados os cursos de: Papiloscopia 1 e 2, tornando-se um só em Necropapiloscopia; Mediação de Conflitos 1 e 2 passou a ser apenas Mediação de Conflitos; Formação de Formadores e Formação de Formadores SENASP ficou em um único curso, passando a ser somente Formação de Formadores SENASP; Cartéis foi renomeado para Defesa da Concorrência, enquanto Preservação de Local de Crime para Local de Crime: Isolamento e Preservação; e foram retirados Saúde ou Doença de qual lado você está? e o de Capacitação e Educação para o Trânsito, como mencionado anteriormente.

No Gráfico 10 abaixo, foram apresentados os resultados dos questionamentos sobre a origem do conhecimento para atuar nas rodovias estaduais. Então, 29% (vinte e nove por cento) responderam que o conhecimento foi adquirido com a prática e a observação da ação de outros policiais militares mais experientes; 24% (vinte e quatro por cento) responderam que por orientações prestadas por oficial ou graduado do próprio Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, quando de serviço; 14% (quatorze por cento) por curso de formação respectivo a sua graduação e posto; 14% (quatorze por cento) pelo próprio interesse; 9% (nove por cento) por cursos à distância, promovidos pelo AVA da SENASP; 5% (cinco por cento) por curso a distância feito em outros órgãos; e 5% (cinco por cento) por outros meios.

**Gráfico 10**– Origem do conhecimento para atuar nas rodovias



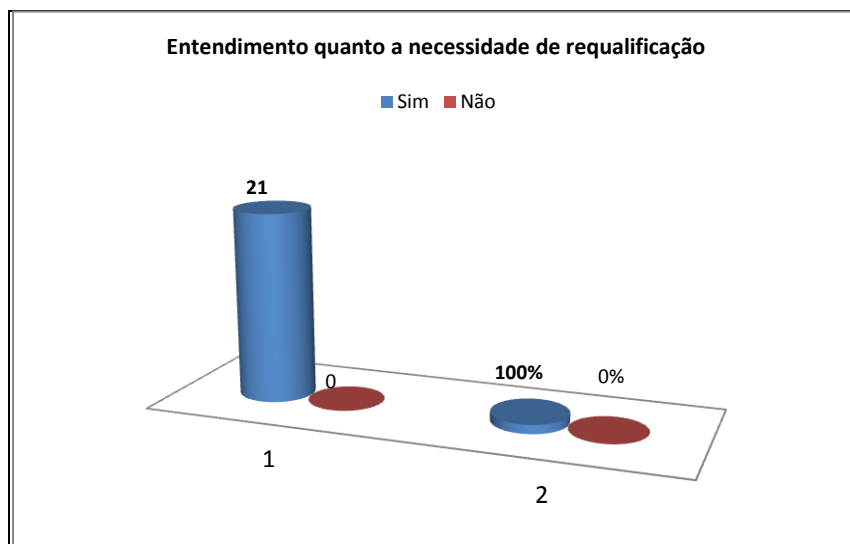
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Essas respostas revelam uma realidade. Os policiais mais experientes transmitem conhecimentos aos mais novos na prática do cotidiano, haja vista se ter como maioria,

policiais militares servindo no Batalhão numa frequência de 0 a 3 anos, portanto, estes terão como referência o policial militar com mais tempo no Batalhão, e, por certo, com mais experiência no labor específico da própria Unidade.

Em referência a este questionamento, foi perguntado se entendiam como necessária a requalificação e renovação do conhecimento através de cursos específicos, para uma atuação efetiva do policial rodoviário estadual. Os resultados mostraram que, 100% (cem por cento) entenderam que sim, como se poderá verificar no Gráfico 11 abaixo apresentado. Essa resposta mostra a conscientização de todos os entrevistados, ou seja, que o melhor profissional é aquele que se qualifica e se requalifica de modo recorrente, e ainda que se adapte às novas condições que se descortinam no dia a dia do seu respectivo trabalho.

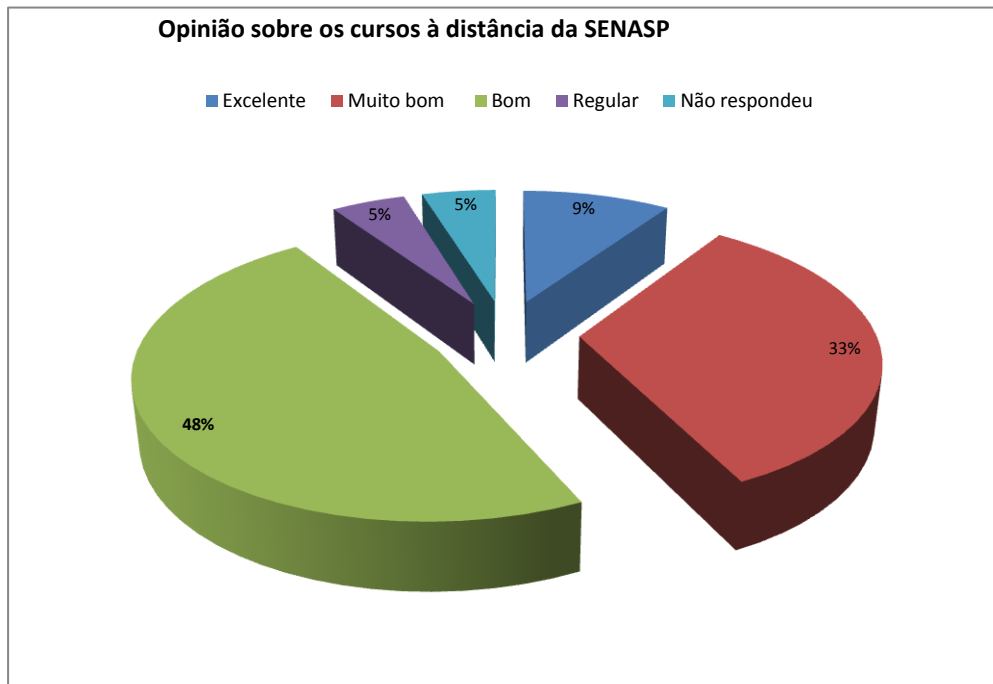
**Gráfico 11** – Entendimento quanto a necessidade de requalificação



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Quando questionados sobre o conceito dado aos cursos ofertados pela SENASP a distância, 48% (quarenta e oito por cento) conceituaram como bom, 33% (trinta e três por cento) como muito bom, 9% (nove por cento) como excelente, 5% (cinco por cento) como regular; e 5% (cinco por cento) não responderam ao questionamento ( dados ilustrados no Gráfico 12 abaixo).

**Gráfico 12** – Opinião sobre os cursos à distância da SENASP

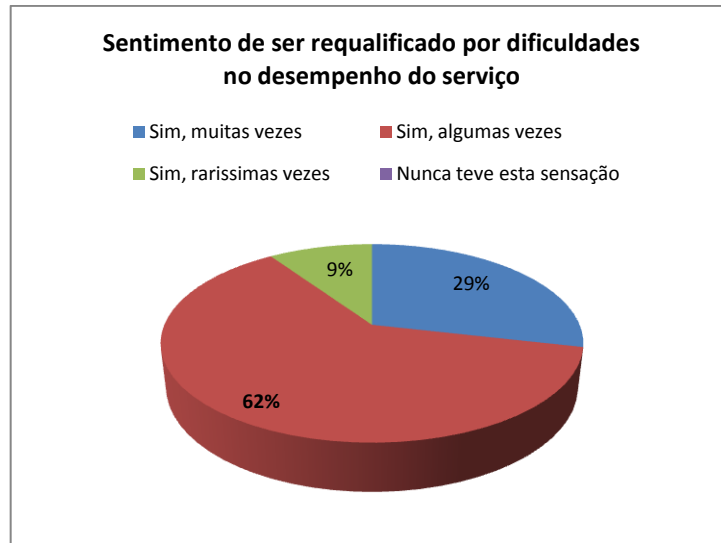


Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Essas respostas permitem concluir que, os cursos ofertados à distância têm conteúdo e atendem, por certo, as necessidades de quem se interessa em fazê-lo, já que a maioria das respostas conceituais estão entre bom a excelente. De fato, uma oportuna ferramenta para qualificar os policiais militares rodoviários do Estado.

Quando arguidos sobre o sentimento da necessidade de ser requalificado e a respectiva frequência para atuar com mais proficiência e segurança, por ter tido alguma dificuldade durante o desempenho da suas atividades nas rodovias; 62% (sessenta e dois por cento) dos policiais responderam que tiveram esta necessidade algumas vezes, seguidos de 29% (vinte e nove por cento) que também sentiram a mesma necessidade muitas vezes e 9% (nove por cento) disseram que sentiram, mas raríssimas vezes (o Gráfico 13 abaixo ilustra estas respostas).

**Gráfico 13**– Sentimento de ser requalificado por dificuldades no desempenho do serviço

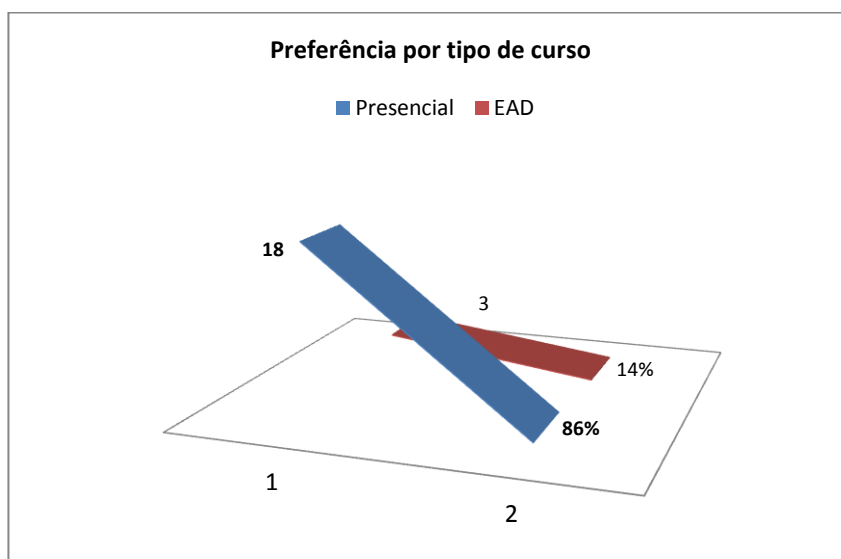


Fonte: Dados da pesquisa (2016)

As respostas acima ilustradas, retratam uma realidade clara: a dúvida, quanto a um procedimento de atuação, permeia qualquer profissão. E ainda que, somente através de cursos, palestras, orientações, as dúvidas são sanadas, possibilitando assim, uma atuação mais diretiva e certa.

Entretanto, quando questionados sobre a modalidade de curso que prefeririam fazer, já que eram e estavam cientes da necessidade de requalificação, 86% (oitenta e seis por cento) indicaram o curso presencial e 14% (quatorze por cento) na modalidade de Ensino à Distância (vide o Gráfico 14 abaixo).

**Gráfico 14**– Preferência por tipo de curso



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

As respostas apresentadas graficamente acima, retratam uma realidade ainda existente na própria Corporação Policial Militar, a de realizar cursos somente presenciais. Sja de formação, como os Cursos de: Soldados, Cabos, Sargentose Oficiais PM; como também os cursos de Aperfeiçoamento. Por exemplo, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM, para a promoção à Subtenentes PM; o de Pós Graduação, como o Curso de Especialização em Segurança Pública, destinado aos Oficiais Intermediários no Posto de Capitães, que habilita a promoção para Major PM; e o Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública, destinado aos Oficiais Superiores, que habilita uma promoção ao último posto da Corporação, o de Coronel PM.

As respostas portanto, não surpreendem, porque a tropa por sua vez segue o padrão ao qual são direcionados. Então, mostra-se necessário que haja um estímulo por parte dos comandantes das OPM e do Comando Geral da PMBA, para realização de cursos à distância, como forma de otimizar os recursos financeiros e encurtar as distâncias. Além disso, o Estado se compõe por 417 (quatrocentos e dezessete municípios), e a EaD possibilita capacitar um contingente maior de pessoas em um curto espaço de tempo.

Enfim, diante das respostas às perguntas do questionário feitas a tropa do Batalhão de Polícia Rodoviária da PMBA ficou constatado que:

- (1) 48% (quarenta e oito por cento) dos entrevistados são Soldados PM;
- (2) 29% (vinte e nove por cento) possuem entre 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) anos de serviço na Corporação;
- (3) e 43% (quarenta e três por cento) possuem entre 0 (zero) a 3 (três) anos no BPRV.

Quando questionados sobre a oferta de cursos presenciais com regularidade na sede do Batalhão, Companhia, ou pelotão, voltados a atividade de policiamento nas rodovias: 29% (vinte e nove por cento) dos policiais responderam que há sim oferta de cursos presenciais a cada ano. Ademais, 90% (noventa por cento) destes entrevistados conhecem o AVA da SENASP, 76% (setenta e seis por cento) já fizeram alguns desses 74 (setenta e quatro) cursos disponibilizados nesse ambiente, 43% (quarenta e três por cento) afirmaram que o curso feito estaria relacionado com as atividades desenvolvidas no BPRV e informaram que os cursos foram: Identificação/Inspeção Veicular e Educação para o trânsito.

Quanto a origem do conhecimento para atuar nas rodovias estaduais, 29% (vinte e nove por cento) responderam que o conhecimento foi adquirido na prática e na observação da ação de outros policiais militares mais experientes. Entretanto, 100% (cem por cento) deles

entendem como necessária a requalificação e renovação de conhecimentos, através de cursos específicos, para uma atuação efetiva do policial rodoviário estadual. E ainda: 48% (quarenta e oito por cento) conceituaram como bons os cursos ofertados pela SENASP à distância; 62% (sessenta e dois por cento) que sentiram algumas vezes a necessidade de serem requalificados, pelas dificuldades que emergiram durante o desempenho de certas atividades, para atuarem com mais proficiência e segurança. Finalizando esta análise, 86% (oitenta e seis por cento) indicaram preferencialmente a modalidade de cursos presenciais para serem requalificados.

Diante dos resultados, constata-se que a tropa está cônica da existência do AVA da SENASP e de sua finalidade e que pode ser uma alternativa para qualificação, apesar de preferirem cursos na modalidade presencial, como já de fato ocorre na sede do BPRv. O resultado de toda pesquisa promoveu o atingimento dos objetivos específicos deste trabalho como poderá ser visto, no capítulo final deste trabalho que trata das considerações finais.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico, que tem a intenção de robustecer e defender a importância da educação na modalidade de de EaD, para a qualificação dos Policiais Militares Rodoviários na Bahia, detalhou conceitualmente em seu primeiro capítulo sobre esta maneira de educar, fazendo uma primeira aproximação do que esta seria, o marco de de sua origem e o perfil do aluno, destacando o AVA da SENASP, através da apresentação da Rede Ead SENASP e os respectivos cursos oferecidos.

No capítulo seguinte foi feita uma abordagem sobre a Polícia Militar da Bahia, trazendo parte de seu histórico, noções sobre policiamento ostensivo e o respectivo policiamento ostensivo rodoviário, correlacionando este a atividade do BPRv, que conta com seis Companhias de Policiamento em outros municípios do Estado. Municípios estes afastados da sede do Batalhão, em Salvador – 1ª Cia PRv em Simões Filho, 2ª Cia PRv em Jacobina, 3ª Cia PRv em Feira de Santana, 4ª Cia PRv em Juazeiro, 5ª Cia PRv em Santo Antônio de Jesus e 6ª Cia PRv em Costa de Saúipe.

No capítulo de análise e interpretação de dados/informações levantadas foram elaboradas e delineadas as entrevistas para reforçar ainda mais a defesa desta temática.

Como foi apresentado, este autor entrevistou o Oficial Superior Comandante do BPRv e os Comandantes de Companhias de Policiamento, que compõem o organograma do respectivo Batalhão, e uma amostra aleatória simples de questionamentos aos policiais militares rodoviários, na busca de averiguar a opinião sobre os cursos oferecidos virtualmente pela SENASP e se haveria algum voltado às atividades específicas desenvolvidas, o conceito e posicionamento a favor ou contra a realização destes cursos, e ainda se haveria um retorno, uma influência quando da realização destes cursos na atividade de policiamento nas estradas estaduais.

Por parte do Comandante do BPRv, os cursos a distância são aceitos como um dos caminhos para o acesso aos conhecimentos correlatos as atividades desenvolvidas pelos policiais militares rodoviários, como: os cursos direcionados a identificação veicular, os de trânsito, os de formação de condutores, abordagem policial. Entretanto, para aferição dos resultados na produtividade e na melhoria da prestação de serviços torna-se necessária a realização de um experimento que constate sua efetividade. Para esta autoridade, como

relatam os comandantes de Cia PRv, os quais se encontram mais próximos da tropa, a percepção é de que não são suficientes.

Por sua vez, os comandantes das CiaPRv do BPRv, entendem que seus subordinados devem participar dos cursos oferecidos pela rede SENASP para o devido crescimento técnico profissional, ao tempo em que se deve correlacionar o que for apreendido no AVA à prática, no dia a dia, durante a execução do serviço em “razão da complexidade do atuar profissional” destes policiais.

Estes comandantes citaram os cursos específicos de trânsitos e pertinentes à legislação, como: Busca e Apreensão, Capacitação e Educação para o Trânsito, Condutores de Veículos de Emergência, Fiscalização do Excesso de Peso, Identificação Veicular; correlacionados a atividade policial como: Primeiros Socorros, Mediação de Conflitos, Preservação do Local de Crime e Resolução de Conflitos Agrários. Ressaltaram ainda que, percebem a melhoria, mas não há um mecanismo para avaliar a real influência e daí pontuar ganhos reais na produtividade.

Quanto a amostra da tropa pesquisada foi constatado que, a maioria são Soldados PM, que possuem entre 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço na Corporação; até 3 (três) anos servindo no BPRv; conhecem o AVA da SENASP, o conceituaram como “bom”, e já realizaram um dos setenta e quatro cursos oferecidos, ressaltando os de Inspeção Veicular e o de Capacitação da Educação para o Trânsito, como importantes também para o desempenho das suas atividades, e que, o conhecimento para atuar nas rodovias estaduais foi adquirido com a prática, observando a ação de outros policiais militares mais experientes. Unissonamente eles entendem como necessária a requalificação e renovação do conhecimento, através de cursos específicos para uma atuação efetiva do policial rodoviário estadual, porque já enfrentaram algumas vezes situações que demonstraram a necessidade de uma requalificação.

É fato que, com a teoria apresentada foi possível comprovar que a PM faz-se presente nos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios que compõem o Estado da Bahia, por ser responsável em executar o policiamento ostensivo para prevenir ações criminosas e atuar de maneira repressiva, caso ocorra falha na prevenção, e que possui dentre suas missões o policiamento rodoviário, no qual se destaca o BPRv, por sua responsabilidade de policiar uma extensa malha viária estadual, contando com seis companhias de policiamento, distribuídas entre seis municípios do Estado.

Foi enfatizado que, para execução do policiamento de rodovias, o policial rodoviário deverá estar dotado de conhecimentos voltados para, no mínimo, área de trânsito e de legislação pertinente e outros conhecimentos congêneres que qualifiquem sua atuação.

Outra questão que este estudo comprova é que, o AVA da SENASP é uma grande ferramenta para qualificação e capacitação do policial rodoviário, caso não haja possibilidade de se ter a educação continuada presencialmente pelos custos, distância, disponibilidade em se ter os próprios instrutores policiais militares, discentes em horário e local pré-estabelecidos

De fato, este ambiente virtual propicia a democratização das oportunidades em participar de, no mínimo, um dos cursos dos setenta e quatro oferecidos, que contam com um tutor para nortear as atividades desenvolvidas seja em fóruns, *chats*, email entre outros. Ele promove uma educação de qualidade e poderá formar satisfatoriamente profissionais, desde que estes realmente estejam interessados em aprender.

Além disso ficou comprovado também que, a EaD, promovida por este AVA da SENASP, é o meio mais fácil e menos oneroso aos PM e a qualquer componente da força pública estadual, ou federal, para ter acesso as informações e a processá-las para adquirir e aprimorar seus conhecimentos.

Na prática, os cursos ofertados à distância favorecem a transformação, o desenvolvimento de novas idéias, ampliação da capacidade produtiva e o redesenho de comportamentos. Estes dois últimos quesitos, não foi possível a este trabalho comprovar. Embora os depoimentos, as percepções, dos comandantes de Companhias de Policiamento registrassem que houve uma melhoria singular, após a realização de cursos à distância promovidos pela SENASP.

Dessa forma, diante da percepção dos comandantes de Companhias do BPRv, a questão problema deste feito acadêmico foi respondida, haja vista que, os cursos realizados à distância no AVA SENASP, foram fomentadores da melhoria dos serviços públicos prestados pelos profissionais da área de policiamento de trânsito rodoviário na Bahia. Para estes comandantes, os ganhos de produtividade são vistos através da melhoria no atendimento ao público e nas medidas tomadas pelos PM no desenvolvimento de seus serviços, sem contudo existir um controle específico que comprovasse esses ganhos de produtividade. Como foi dito, por um dos entrevistados – “ não [há] como mensurar essa influência, mas ela existe certamente, vez que toda a capacitação/atualização resulta na prestação de um melhor serviço; mais técnico e conseqüentemente [propicia] atingir [o] êxito no total do grupo”.

Quanto ao pressuposto de que, a “ausência de cursos presenciais na sede do Batalhão e da Companhia de policiamento pode estimular a participação de policiais rodoviários em cursos que utilizam a educação a distância, para assim se qualificarem e prestarem melhores serviços aos cidadãos”, não foi confirmado, uma vez que há por parte do Comando do BPRV ações que viabilizam os cursos presenciais seja na sede da OPM, seja nas sedes das Companhias e Pelotões que compõem o próprio Batalhão. Na realidade esta é uma política de comando, uma vez que tanto os comandantes de companhia e os policiais militares relataram ocorrer cursos presenciais, mesmo que uma vez por ano<sup>3</sup>

Assim sendo, a ausência de cursos presenciais na sede do Batalhão e da Companhia de policiamento, não seria um impulso necessário para a participação do policial rodoviário nos cursos em EaD para se qualificar e prestar um melhor serviço. Este impulso na realidade surge das dificuldades enfrentadas algumas vezes pelo policial militar rodoviário durante a realização de suas atividades nas rodovias. O curso à distância portanto, significaria um acréscimo de conhecimentos além daqueles despertados nos cursos presenciais.

Diante dos resultados alcançados com este estudo/pesquisa, pode-se dizer que os objetivos específicos propostos foram alcançados. Elenca-se a seguir, uma relação entre o que se pretendia alcançar e o resultado efetivamente obtido, articulando os objetivos específicos aos resultados conseguidos com o levantamento e a análise de dados/informações do campo empírico:

- (1) Averiguar se os policiais militares, pertencentes ao Batalhão de Polícia Rodoviária conhecem o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da SENASP;
  - Ficou comprovado que 90% (noventa por cento) dos entrevistados já conheciam o AVA da SENASP e que, 76% (setenta e seis por cento) já teriam feito algum dos 74 (setenta e quatro) cursos disponíveis neste ambiente;
- (2) Relacionar quais foram os cursos feitos pelos policiais militares na modalidade EaD, relacionados com as atividades desenvolvidas pelo BPRV:
  - As respostas confirmaram que os policiais fizeram os cursos: Identificação/Inspeção Veicular e de Educação para o trânsito;

---

<sup>3</sup> Conforme relatado no Capítulo 4, 29% (vinte e nove por cento) dos policiais responderam que há sim oferta de cursos presenciais a cada ano, voltados a atividade de policiamento nas rodovias.

- (3) Apontar quais, entre os cursos oferecidos, seriam considerados os mais importantes na visão dos próprios policiais militares, atuantes na área do policiamento rodoviário baiano, para sua respectiva capacitação:
- Os resultados apontaram que, entre os cursos ofertados pelo SENASP, os entrevistados consideraram mais importantes: Identificação Veicular (43%); Educação para o trânsito (33%); Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial (5%); Preservação de Local de Crime (5%); Gerenciamento de Crise (5%); Policiamento de Trânsito (5%); e Armamento e Tiro (4%).
  - Este resultado confirmou o que os comandantes de companhia relataram em suas entrevistas, acrescentando, apenas, os cursos de: Busca e Apreensão, Condutores de Veículos de Emergência, Fiscalização do Excesso de Peso, Primeiros Socorros, Mediação de Conflitos, e Resolução de Conflitos Agrários.
- (4) Identificar de que maneira estas capacitações a distância puderam influenciar na produtividade do Batalhão Rodoviário Estadual:
- Quanto aos ganhos na produtividade, após a realização de cursos a distância promovido pela Rede EaD SENASP, não foi possível comprovar evidências. Isto porque não existe por parte da unidade qualquer controle sobre os cursos realizados pelo PM pertencente ao BPRv. Embora, os comandantes de Companhia, que estão mais próximos a seus subordinados, relatassem nas entrevistas que perceberam melhorias na prestação dos serviços, através das notificações registradas.
- (5) Indicar a frequência do sentimento da necessidade de qualificação durante o desempenho da atividade nas rodovias:
- Constatou-se que 62% (sessenta e dois por cento) dos policiais sentiram, algumas vezes, a necessidade de serem requalificados por terem tido dificuldades durante o desempenho de suas atividades para atuarem com mais proficiência e segurança;
- (6) Revelar o conceito dado pelos policiais militares aos cursos oferecidos a distância pela Rede EaD SENASP:
- 48% (quarenta e oito por cento) dos policiais ouvidos conceituaram como “bom” os cursos ofertados pela SENASP à distância;
- (7) Mostrar qual a preferência por tipo de modalidade de curso – se presencial ou a distância, quando se percebe a necessidade de requalificação, aperfeiçoamento ou

capacitação: Os entrevistados preferem o curso presencial - 86% (oitenta e seis por cento) indicaram a modalidade de curso presencial para suas requalificações.

Assim sendo, torna-se imperioso destacar como sugestão, o envio do presente estudo para o Comando do BPRv. Acredita-se necessário repensar ações que possam motivar a participação dos policiais militares nos cursos em EaD ofertados pela SENASP. Por exemplo, pontuando ou premiando os policiais Militares da OPM que fizeram e os que irão cursar, os cursos mencionados como mais importantes por eles próprios, e daí elaborar um acompanhamento de produtividade, demonstrando o antes e o depois da realização dos cursos em EaD.

Enfim, não coube a este trabalho exaurir todo o assunto, mas neste se vê uma oportunidade para ampliar os conhecimentos deste advindos e a revelação de uma realidade recorrente, desde que todo profissional requer requalificação por mais preparado que seja.

Situações novas ocorrem a cada momento com a evolução da própria sociedade, e, inclusive, a modalidade de ensino à distância surgiu por conta desta evolução como um dos mais proficientes segmentos educacionais estabelecidos contemporaneamente. Assim sendo, os cursos ofertados pelo AVA da SENASP oportunizam e conclamam uma compostura ética, o conhecimento da legislação em vigor e o compromisso com a construção de um trânsito rodoviário mais consciente e harmonioso.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Roberto. **Manual de Policiamento Ostensivo**. 1ª ed. Salvador: Editora Garamond, 1997

ASATO, Luis Alberto; SALES, Luis Fernando da Silva. **O corpo docente, discente e a educação à distância**: Desafios e perspectivas. 61 fl. Monografia. (Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Metodologia do ensino Superior. Centro Universitário Católico Salesiano). Auxilium. São Paulo, 2008.

AZEVEDO, Deleuse Russi. **O aluno virtual**: perfil e motivação. 66fl. Monografia (Curso de Especialização em Metodologia da Educação à distância e Magistério Superior em Educação à distância). Universidade do Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

BAHIA. **Lei 7.807 de 18 de maio de 2000**. Dispõe sobre a transformação da Companhia Rodoviária em Batalhão de Polícia Rodoviária da PMBA. Disponível em: <  
<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10209500/artigo-3-do-decreto-n-7807-de-18-de-maio-de-2000-da-bahia> > . Acesso em 25 nov 2016.

\_\_\_\_\_. **POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Legislação, Jurisprudências e Normas Gerais**. Nº 6, ago, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.201 de 09 de dezembro de 2014**. Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências. Disponível em: <  
<http://www.escavador.com/diarios/DOEBA/executivo/2014-12-10> >. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. **Lei 9.503 de 23 de abril de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro, Disponível em :< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm)>. Acesso em: 20 out. 2016

\_\_\_\_\_.Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado,1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Rede Ead SENASP. Disponível em: <  
<http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/editoria-b>>. Acesso em: 25 nov.2016.

BUTTIGNON, Karina et al. **Uma reflexão sobre o ensino à distância via internet, no Brasil**. 60 fl. Monografia (Curso de Especialização em informática empresarial). Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá. Guaratinguetá, 2002

CAMPOS, Fabio Gonçalves et al. **Impactos dos cursos EAD da SENASP no Batalhão de Choque da Polícia Militar da Bahia**. 23fl. Artigo. (Curso de Especialização em Prevenção da Violência e Promoção da Segurança e da Cidadania. Universidade Federal da Bahia). Salvador, 2009.

CARTAXO, Simone et al. Tutoria no ensino à distância na orientação do TCC: estabelecendo precedentes. In: **Revista Intersaberes**, ano 3, n. 6, p. 177-91, jul-dez 2008.

CASAGRANDE, Lucas. **Educação nas modalidades presencial e a distância**: um estudo comparativo das percepções de estudantes de cursos de nível de especialização na educação à distância da Universidade Federal Rio Grande do Sul. 151 fl. Dissertação ( Pós Graduação em Administração Mestre em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

EBOLI, Marisa. **Educação Corporativa e desenvolvimento de competências**. Disponível em:  
<[https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1846119/mod\\_resource/content/1/Aula%2010%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20corporativa%20e%20desenvolvimento%20de%20compet%C3%A2ncias%20-%20EBOLI%2C%20Marisa.pdf](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1846119/mod_resource/content/1/Aula%2010%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20corporativa%20e%20desenvolvimento%20de%20compet%C3%A2ncias%20-%20EBOLI%2C%20Marisa.pdf)>. Acesso em: 25 nov.2016.

FIGUEREDO, Nébia Maria Almeida de. **Método e Metodologia na pesquisa Científica**. 3ª ed. São Paulo:Yendis Editora Ltda, 2009.

FRAGA, Cristina k. **Peculiaridades do trabalho policial militar**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 5 ed. - São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HAYECK, Cinara Marques. **Refletindo sobre a violência**. Revista brasileira de História e Ciências Sociais. Ano I, nº 1, jul, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Maria Cristina Lima Paniago et al. **Educação à distância no Ensino Superior**: uma possibilidade concreta de inclusão social. Revista Dialogo Educação, v. 10, n. 29, p.191-204, jan-abr, 2010.

MAIA, Marta de Campos. **O uso da tecnologia de informações para a educação a distância no ensino superior**. 294 fl. Tese. (Curso de Pós-Graduação da Faculdade Getúlio Vargas/ Escola – Escola de Administração de Empresas de São Paulo). São Paulo, 2003.

MELLADO, Cristiane Binhote. **EaD e seus formatos**. 35 fl. Monografia. (Curso de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior). Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2007.



NEVES, Débora Valin Sinay. **Educação à distância e suas potencialidades na formação de formadores.** 151 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em ensino de ciências exatas). Centro Universitário UNIVATES. Lajeado, 2013.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa.** 12ª ed. Campinas Papiros, 2006.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica.** 4. Ed., rev., ampl. Aracaju: Unit, 2011.

ROSINI, Alessandro Marco. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância.** São Paulo: Thomson, 2007.

STURARO FILHO, Humberto Costa. **Gestão das Companhias Independentes de Policiamento Tático nas ações ostensivas de policiamento:** uma proposta de padronização de procedimentos. 100fl. Monografia (Curso de Especialização e Gestão em Segurança Pública), Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2012.

SORJ, Bernardo. Segurança, segurança humana e América Latina. **Sur, Rev. Int. direitos humanos.** [online]. 2005, vol.2, n.3, pp. 40-59. ISSN 1806-6445.

SOUZA FILHO, José Norberto. **A implantação do Termo Circunstanciado na Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina.** 76 fl. Monografia (Curso de Especialização em Administração da Segurança Pública). Universidade Sul de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

TREVISAN, José Carlos; SILVEIRA, José Luis Rosa; VIEIRA, Julio Felix Garcia Vieira. **A Brigada Militar frente a municipalização do policiamento ostensivo: vantagens e desvantagens:** um estudo de caso em Novo Hamburgo. Monografia. 2001. Rio Grande do Sul.

VIEIRA, Leociléa Aparecida. **Entre o real e o virtual.** A educação à distância (EaD) como espaço para educar ( aprender e ensinar) pela pesquisa. 198. Tese (Doutor em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

ZAWACKI-RICHTER, Olaf; ANDERSON, Terry. (org.) **Educação a distância online:** construindo uma agenda de pesquisa. São Paulo: Artesanato educacional, 2015.

ZOLET, Patrícia Elmison. **A participação dos tutores a distância no processo de ensino-aprendizagem:** uma análise nos cursos de ciências contábeis à distância da Universidade Federal de Santa Catarina. 77fl. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis). Florianópolis, 2010.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Entrevista ao Comandante do BPRv Estadual da PMBA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO



REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, PROMOÇÃO  
DA SEGURANÇA E CIDADANIA – III CEPREV

Esta entrevista é um instrumento de pesquisa que objetiva coletar dados e informações para a elaboração de Monografia exigida como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania, oferecido em convênio entre a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública. Tem como pesquisador o aluno: Charles Sacramento dos Santos Júnior; orientado pela Profa. Dra. Marise Oliveira Sanches e co-orientado pelo Esp. Ten Cel PM Nilton Paixão Silva Santos; e tema – **A importância da educação à distância na qualificação dos policiais militares rodoviários na Bahia.**

**ENTREVISTADO:**

**DATA DA ENTREVISTA:**

**HORÁRIO:**

**OCUPAÇÃO DO ENTREVISTADO:**

1ª pergunta. Poderia falar sobre a criação do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual e sua missão, bem como a sua estruturação atual, delineando as companhias com respectivas responsabilidades e áreas de atuação, citando os municípios além dos postos de fiscalização e efetivo respectivo?

**Respondeu:**

2ª Pergunta. Devido à especificidade da missão do Batalhão Rodoviário, quais são as ações desenvolvidas para promover a capacitação e requalificação do seu subordinado, lotado nos postos de fiscalização, para atuar nas rodovias estaduais?

**Respondeu:**

3ª Pergunta. É possível promover uma educação continuada através de realização de cursos presenciais (citar quais já foram feitos e os a serem realizados) e a regularidade de realização destes pelos policiais militares, mesmo lotados em postos de fiscalização mais afastados da sede da OPM, voltados a atividade de policiamento rodoviário aos componentes do Batalhão e o porquê ?

**Respondeu:**

3ª Pergunta. É cediço que o ambiente virtual da Secretaria Nacional de Segurança Pública oferta diversos cursos a distância para os profissionais que estão envolvidos com a atividade de segurança pública. Para o senhor quais seriam os cursos, entre os 74 (setenta e quatro) oferecidos, os mais importantes para a capacitação dos policiais militares atuantes na área do policiamento rodoviário.

**Respondeu:**

4ª pergunta. É favorável que os seus subordinados se inscrevam e façam os cursos oferecidos a distância pelo ambiente virtual da SENASP, em particular, os voltados para atividade de policiamento rodoviário, como por exemplo, o de Capacitação e Educação para o Trânsito e o de Fiscalização Interestadual de Transporte de Passageiros e o porquê? Há uma política de incentivo para a participação dos seus subordinados nos cursos específicos para policiamento em rodovias e respectivo acompanhamento?

**Respondeu:**

5ª pergunta. Acredita que este tipo de educação continuada, à distância, promovida pelo ambiente virtual da SENASP, acaba realmente preparando o policial rodoviário para os desafios que se descortinam nas estradas estaduais?

**Respondeu:**

6ª pergunta. O senhor poderia afirmar se há influência dos cursos realizados no serviço prestado pelo policial rodoviário estadual e o porquê? Quais os ganhos reais de produtividade na operacionalidade do Batalhão de Polícia Rodoviária com a participação dos policiais nos cursos à distância voltados para atividade de policiamento em rodovias? Há algum controle que possa comprovar o antes e o depois da realização dos cursos por cada profissional?

**Respondeu:**

## APÊNDICE B - Entrevista aos Comandantes de Companhias do BPRv da PMBA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO



REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, PROMOÇÃO  
DA SEGURANÇA E CIDADANIA – III CEPREV

Esta entrevista é um instrumento de pesquisa que objetiva coletar dados e informações para a elaboração de Monografia exigida como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania, oferecido em convênio entre a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública. Tem como pesquisador o aluno: Charles Sacramento dos Santos Júnior; orientado pela Profa. Dra. Marise Oliveira Sanches e co-orientado pelo Esp. Ten Cel PM Nilton Paixão Silva Santos; e tema – **A importância da educação à distância na qualificação dos policiais militares rodoviários na Bahia.**

**ENTREVISTADO:**

**DATA DA ENTREVISTA:**

**HORÁRIO:**

**OCUPAÇÃO DO ENTREVISTADO:**

1ª Pergunta. Na condição de Comandante de Companhia, quais são as ações para promover a capacitação e requalificação do seu subordinado, lotado nos postos de fiscalização, para atuar nas rodovias estaduais?

**Respondeu:**

2ª Pergunta. É cediço que o ambiente virtual da Secretaria Nacional de Segurança Pública oferta diversos cursos a distância para os profissionais que estão envolvidos com a atividade de segurança pública. Para o senhor quais seriam os cursos, entre os 74 (setenta e quatro) oferecidos, os mais importantes para a capacitação dos policiais militares atuantes na área do policiamento rodoviário.

**Respondeu:**

3ª pergunta. É favor que os seus subordinados se inscrevam e façam os cursos oferecidos a distância, em particular, os voltados para atividade policiamento rodoviário, como por exemplo, o de Capacitação e Educação para o Trânsito e o de Fiscalização Interestadual de Transporte de Passageiros e o porquê? Há uma política de incentivo por parte do Comando da Companhia para a participação dos seus subordinados nos cursos específicos para policiamento em rodovias e respectivo acompanhamento?

**Respondeu:**

4ª pergunta. Acredita que este tipo de educação continuada, à distância, pelo ambiente virtual da SENASP, acaba realmente preparando o policial rodoviário para os desafios que se descortinam nas estradas estaduais?

**Respondeu:**

5ª pergunta. O senhor poderia afirmar se há influência dos cursos à distância, realizados no serviço prestado pelo policial rodoviário estadual e o porquê? Na realidade, quais os ganhos reais de produtividade na operacionalidade da sua companhia e por consequência ao Batalhão de Polícia Rodoviária com a participação dos policiais nos cursos à distância voltados para atividade de policiamento em rodovias? Há algum controle que possa comprovar o antes e o depois da realização dos cursos por cada profissional?

**Respondeu:**

## APÊNDICE C - Questionário aplicado aos Policiais Militares lotados no BPRv



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, PROMOÇÃO**  
**DA SEGURANÇA E CIDADANIA – III CEPREV**

Este questionário é um instrumento de pesquisa que objetiva coletar dados e informações para a elaboração de Monografia exigida como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania, oferecido em convênio entre a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública. Tem como pesquisador o aluno: Charles Sacramento dos Santos Júnior; orientado pela Profa. Dra. Marise Oliveira Sanches e co-orientado pelo Esp. Ten Cel PM Nilton Paixão Silva Santos; e tema – **A importância da educação à distância na qualificação dos policiais militares rodoviários na Bahia.**

Para tanto, gostaríamos de contar com a sua valiosa colaboração no sentido de responder as questões que se seguem, não precisando se identificar.

1. Qual é o seu posto dentro da Corporação Policial Militar?
  - 1.1 ( ) SOLDADO PM;
  - 1.2 ( ) CABO PM;
  - 1.3 ( ) SARGENTO PM
  - 1.4 ( ) SUBTENENTE;
  - 1.5 ( ) TENENTE PM;
  - 1.6 ( ) CAPITÃO PM;
  - 1.7 ( ) MAJOR PM;
  - 1.8 ( ) TENENTE CORONEL PM.
  
2. Quanto tempo de serviço PM na Corporação?
  - 2.1 ( ) Entre 0 a 10 anos;
  - 2.2 ( ) Entre 10 a 15 anos;
  - 2.3 ( ) Entre 15 a 20 anos;
  - 2.4 ( ) 20 anos a 25 anos;
  - 2.5 ( ) 25 a 30 anos;
  - 2.6 ( ) mais de 30 anos.
  
3. Quanto tempo servindo no Batalhão de Polícia Rodoviária da Corporação?



- 3.1 ( ) Entre 0 a 03 anos;
- 3.2 ( ) Entre 03 a 06 anos;
- 3.3 ( ) Entre 06 a 09 anos;
- 3.4 ( ) Entre 09 a 12 anos.
- 3.5 ( ) mais de 12 anos.

4. Durante o tempo que está atuando no BPRv, esta OPM ofertou  **cursos presenciais**, com regularidade, na sede da OPM, companhia, pelotão ou destacamento, voltados a atividade de policiamento nas rodovias?

- 4.1 ( ) Sim, a cada trimestre;
- 4.2 ( ) Sim, cada semestre;
- 4.3 ( ) Sim, a cada ano;
- 4.4 ( ) Não se recorda da última vez que participou de um curso presencial;
- 4.5 ( ) Não participou de qualquer curso presencial desenvolvido pela sua OPM.

5. Conhece o ambiente virtual de aprendizagem da Secretária Nacional de Segurança Pública?

- 5.1 ( ) Sim;
- 5.2 ( ) Não,

6. Caso, a resposta anterior tenha sido positiva, já fez algum curso dentre os 74 (setenta e quatro) oferecidos a distância pela SENASP?

- 6.1 ( ) Sim;
- 6.2 ( ) Não.

7. Em relação à resposta anterior, o curso que foi feito estaria correlacionado com as atividades desenvolvidas pelo Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual?

- 7.1 ( ) Sim;
- 7.2 ( ) não.

8. Caso, tenha respondido afirmativamente a questão anterior? Qual foi o curso?

- 8.1 ( ) \_\_\_\_\_;
- 8.2 ( ) Não fiz cursos voltados para o policiamento em rodovias.

9. Saberá indicar quais os cursos, entre os oferecidos pelo ambiente virtual da SENASP, que seriam os mais importantes para a capacitação dos policiais militares atuantes na área do policiamento rodoviário no nosso Estado, segundo a sua opinião?

- 9.1 ( ) Sim \_\_\_\_\_;
- 9.2 ( ) Não sei indicar.

10. O seu conhecimento para atuar em rodovias estaduais advém?

- 10.1 ( ) Curso de Formação respectivo a sua graduação e posto;
- 10.2 ( ) Interesse próprio;
- 10.3 ( ) Orientações prestadas por oficial ou Graduado do próprio Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, quando de serviço;

10.4 ( ) O conhecimento foi adquirido com a prática e observando a ação de outros policiais militares mais experientes;

10.5 ( ) Cursos a distância por outras Instituições;

10.6 ( ) Cursos a distância promovido pelo ambiente virtual da SENASP.

11. Entende como necessária a requalificação e renovação de conhecimento, através de cursos específicos para a atuação efetiva do policial militar nas rodovias estaduais?

11.1 ( ) Sim;

11.2 ( ) Não.

12. Qual seria o seu conceito sobre os 74 (setenta e quatro) cursos oferecidos a distância pela Secretaria Nacional de Segurança Pública?

12.1 ( ) Excelente;

12.2 ( ) Muito bom;

12.3 ( ) Bom;

12.4 ( ) Regular;

12.4 ( ) Ruim.

13. Em algum momento no desempenho da sua atividade nas rodovias sentiu a necessidade de ser requalificado e/ou recapitado para atuar com maior segurança e proficiência?

13.1 ( ) sim, muitas vezes;

13.2 ( ) sim, algumas vezes;

13.3 ( ) sim, raríssimas vezes;

13.4 ( ) Nunca teve esta sensação.

14. Caso, entenda como necessária a requalificação, o aperfeiçoamento, recapitação que tipo de modalidade de curso preferiria fazer?

14.1 ( ) presencial;

14.2 ( ) estudo à distância (EAD).